



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
CURSO DE GEOGRAFIA**

ISILAINY CRISTINY SILVINO DA SILVA

**DIREITO À CIDADE E POLÍTICAS DE HABITAÇÃO PARA O CENTRO
HISTÓRICO DE SÃO LUÍS**

São Luís-MA
2020

ISILAINY CRISTINY SILVINO DA SILVA

**DIREITO À CIDADE E POLÍTICAS DE HABITAÇÃO PARA O CENTRO
HISTÓRICO DE SÃO LUÍS**

Monografia apresentada ao Curso de Geografia da Universidade Federal do Maranhão como pré-requisito para obtenção do grau de Licenciada em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Josoaldo Lima Rêgo.

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

CRISTINY SILVINO DA SILVA, ISILAINY.
DIREITO À CIDADE E POLÍTICAS DE HABITAÇÃO PARA O
CENTRO
HISTÓRICO DE SÃO LUÍS / ISILAINY CRISTINY SILVINO DA
SILVA. - 2020.
66 p.
Orientador (a): JOSOALDO LIMA RÊGO.
Monografia (Graduação) - Curso de Geografia,
Universidade Federal do Maranhão, SÃO LUÍS - MARANHÃO,
2020.
2 CENTRO HISTÓRICO. 2. DIREITO À CIDADE. 3.
MOBILIZAÇÃO POLÍTICA. 4. USO DO TERRITÓRIO. I. LIMA
RÊGO, JOSOALDO. II.Título.

ISILAINY CRISTINY SILVINO DA SILVA

**DIREITO À CIDADE E POLÍTICAS DE HABITAÇÃO PARA O CENTRO
HISTÓRICO DE SÃO LUÍS**

Monografia apresentada ao Curso de Geografia da Universidade Federal do Maranhão como pré-requisito para obtenção do grau de Licenciada em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Josoaldo Lima Rêgo.

Aprovado em: _____/_____/_____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Josoaldo Lima Rego (Orientador)
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Me. Luiz Eduardo Neves dos Santos
Universidade Federal do Maranhão

Profª. Me. Mariana Leis Balsalobre
Universidade Federal do Maranhão

AGRADECIMENTOS

Presto os meus primeiros agradecimentos à Deus pelo dom da vida e por todas as vivências que me permitiu ter durante esses quatro anos de grandes aprendizagens.

Agradeço à minha família por todo apoio e incentivo durante a minha caminhada acadêmica, sem eles jamais chegaria ao final desta etapa. Em especial agradeço o meu pai José Cosme e a minha mãe Ilesilene Amorim, pelos sábios conselhos, pelos seus esforços para me manter na universidade e por todo amor, sempre serei grata a vocês. Agradeço ainda, à minha irmã Islanny Vitória pelo apoio e companheirismo em todos os momentos da graduação e da vida. Agradeço ao professor Josoaldo Lima Rêgo, orientador deste trabalho, por todos os ensinamentos ao longo da graduação, tanto em sala de aula quanto nas atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Estudos Geográficos (NEGO), agradeço-o pela oportunidade de participar de projetos que somaram significativamente na minha formação acadêmica, por sua disposição e paciência em me orientar e por seu incentivo.

Presto os meus agradecimentos a todos que compõem o NEGO, pelos dois anos maravilhosos que compartilhamos leituras, discussões e vivências.

Agradeço imensamente a todos os amigos que fiz durante a graduação, para mim foram verdadeiros presentes. De maneira especial, agradeço à Laiz Garcez e à Hemilly Vale pelo apoio que prestaram, pelas trocas que fizemos durante os meses finais deste processo. Sou imensamente grata aos meus amigos Helton Garces, Matheus Sousa e Matheus Andrade que contribuíram imensamente para a finalização deste trabalho.

Agradeço à Dona Jesus por compartilhar comigo o seu conhecimento e experiência, sem ela esta pesquisa, tal como se fez, seria inviável.

Agradeço a todos os professores que contribuíram para a minha formação. Agradeço ao corpo administrativo do COGEO e DEGEO e à Pró-Reitoria de Assistência Estudantil, fundamentais durante a minha caminhada na UFMA.

Por fim, sou grata a todos aqueles que de maneira direta e indireta contribuíram para a conclusão desta jornada.

RESUMO

O surgimento da cidade está ligado diretamente a evolução das técnicas, que possibilitaram a sedentarização da espécie humana. Com o passar dos anos as cidades foram se tornando mais complexas, novos tipos de relações sociais e com a natureza foram se estabelecendo, com isso, surgiram problemas de diversas ordens. Entre esses, encontra-se a problemática habitacional, que abrange o déficit de moradia e/ou a falta de infraestrutura nas habitações. Diante dessa problemática, largamente observadas nas cidades contemporânea e fruto da ausência de ações e políticas públicas efetivas, os sujeitos sociais atuam numa dimensão política de mobilização afim de tentar garantir o direito à moradia. O presente trabalho buscou no primeiro momento analisar quais são os agentes que atuam no território urbano e suas estratégias de uso e ocupação, no recorte do Centro Histórico de São Luís (MA). Em seguida, buscou-se fazer uma discussão de cunho teórico sobre o direito à cidade, partindo do entendimento de que a questão habitacional está no centro dessa discussão. Esta pesquisa se desenvolveu a partir de visitas de campo ao Centro Histórico da cidade, onde foram feitas entrevistas com moradores, e a partir de revisão de bibliografias.

Palavras – chave: uso do território; direito à cidade; mobilização política; Centro Histórico

ABSTRACT

The emergence of the city is directly linked to the evolution of techniques, which made possible the sedentary nature of the human species. Over the years, cities became more complex, new types of social and nature relations were established, and problems of various kinds arose. These include housing problems, which include housing shortages and/or lack of housing infrastructure. Given this problem, widely observed in contemporary cities and the result of the absence of effective actions and public policies, social subjects act in a political dimension of mobilization in order to try to guarantee the right to housing. The present work aimed at analyzing at first what are the agents that act in the urban territory and their strategies of use and occupation, in the cut of the Historic Center of São Luís (MA). Then, we sought to make a theoretical discussion about the right to the city, starting from the understanding that the housing issue is at the center of this discussion. This research was conducted from field visits to the Historic Center of the city, where interviews were made with residents and from bibliographic reviews.

Keywords: territory use; right to the city; political mobilization; Historic Center.

LISTA DE SIGLAS

CENTRO POP - Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua

FNRU - Fórum Nacional de Reforma Urbana

IAB - Instituto de Arquitetos do Brasil

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPASE - Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do

Estado IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MNRU - Movimento pela Reforma Urbana no Brasil

NEGO – Núcleo de Estudos

Geográficos ONGs – Organizações

Não Governamentais

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PEHIS MA – Plano Estadual de Habitação De Interesse Social do Estado do Maranhão

PPRCH/SL – Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São

Luís SECID – Secretaria das Cidades e Desenvolvimento Urbano do Maranhão

SEMCAS – Secretaria Municipal da Criança e Assistência

Socia UFMA – Universidade Federal do Maranhão

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a

Cultura ZBM – Zona do Baixo Meretrício

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fachada das casas de uma das ruas do bairro do Desterro

Figura 2 - Imóveis a serem reformados para habitação de servidores públicos, estudantes e trabalhadores do Centro.

Figura 3 - Imóveis a serem reformados para habitação de servidores públicos, estudantes e trabalhadores do Centro.

Figura 4 - Imóveis a serem reformados para Habitação de Interesse social.

Figura 5 – Frente de um casarão em obras para se destinado a Habitação Social – Rua da Palma

Figura 6 – Frente e Lateral de um casarão em obras para se destinado a Habitação Social – Rua da Palma

Figura 7 - Entrevista com Dona Dijesus

Figura 8 - Registro da finalização da entrevista

Sumário

INTRODUÇÃO

1. CIDADE, DIREITO À MORADIA E OCUPAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS.....	14
1.1 O CONTEXTO HABITACIONAL DO CENTRO HISTÓRICO	17
1.2 PRAIA GRANDE E DESTERRO: uma discussão sobre a escala territorial do bairro.....	21
2. POLÍTICA URBANA E AÇÕES POPULARES	26
2.1 USO DO TERRITÓRIO PELOS SUJEITOS SOCIAIS	29
2.2 AÇÃO DO ESTADO E IMPACTO NA VIDA DAS COMUNIDADES DO CENTRO ..	32
2.3 UNIÃO DE MORADORES: UMA ENTIDADE POLÍTICA DE ARTICULAÇÃO	38
3. O DIREITO À CIDADE: ALGUMAS QUESTÕES	42
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERÊNCIAS	47

APÊNDICE

ANEXOS

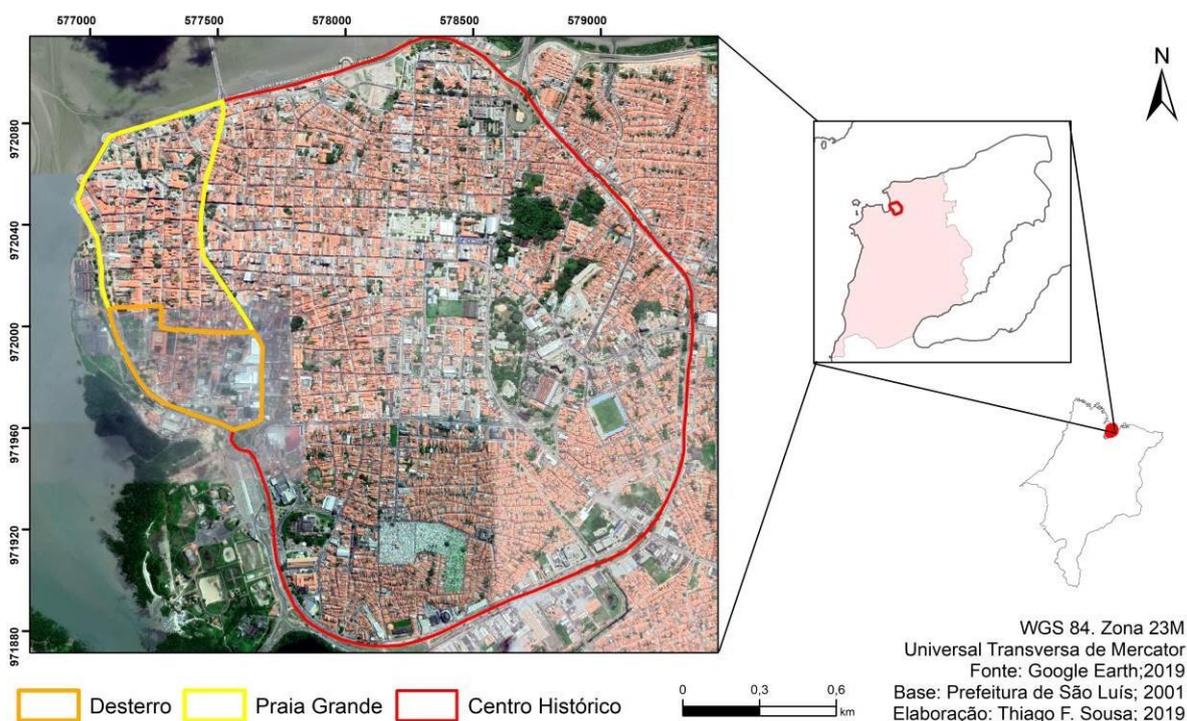
INTRODUÇÃO

O Centro Histórico da cidade de São Luís (MA) foi cenário de inúmeras visitas de campo durante a graduação, sobretudo durante as atividades de pesquisa e extensão desenvolvidas pelo Núcleo de Estudos Geográficos (NEGO) da Universidade Federal do Maranhão. Isso foi fundamental para despertar inquietações e questionamentos sobre a geografia desse espaço. Os bairros do centro da cidade apresentam inúmeras singularidades, são bairros históricos e possuem características culturais muito fortes. Ao percorrer por suas ruas, é comum observar manifestações artísticas diversas, como grafite, arte circense, música e danças. Além disso, é notório que os grupos sociais que frequentam ou moram ali mantêm uma forte relação com o lugar, há um sentimento de pertencimento e identificação entre eles e local.

Apesar de seu caráter cultural marcante, o que de fato chamou nossa atenção e impulsionou esta pesquisa foi seu caráter habitacional, ainda que esse não seja notado a primeira vista. Os bairros do centro têm um uso histórico para fins de habitação, contudo, é notório que quase sempre combinado a outros usos, como comercial e turístico. Essa multiplicidade de usos hoje se expressa mais claramente nas atividades culturais, turísticas, comerciais e administrativas, que acabam invisibilizando as questões habitacionais inerentes a esses bairros.

Desse modo, a pesquisa feita teve intenção de tecer considerações gerais sobre a problemática habitacional, dentro de uma discussão sobre o direito à cidade, buscando primordialmente entender como se configura a produção e uso do território pelos sujeitos sociais locais e sua organização política na reivindicação direito a moradia digna e permanência nos bairros do centro. Sendo assim, vale ressaltar que apesar do recorte espacial desta pesquisa ser o Centro Histórico da cidade, nos deteremos em estudar seus dois principais bairros, o Desterro e a Praia Grande (Mapa 1), portando, não esgotamos o campo escolhido e pretendemos em outro momento dá continuidade às investigações, pois entendemos a importância do estudo sobre a problemática urbana e sua carência dentro da ciência geográfica, na área central da cidade de São Luís (MA).

DELIMITAÇÃO DOS BAIRROS DA PRAIA GRANDE E DESTERRO CENTRO HISTÓRICO; SÃO LUÍS - MA. 2019



Mapa 1

Não obstante, buscamos entender o processo histórico de formação territorial do Desterro e da Praia Grande, para assim, entender seu atual contexto habitacional. Para isso a pesquisa se desenvolveu a partir de etapas metodológicas estabelecidas previamente.

A primeira etapa teve início com a escolha e delimitação da problemática abordada e se tipificou pelo levantamento preliminar de dados bibliográficos em periódicos, livros e portais oficiais do Governo do Estado e da Prefeitura. Foi feito um panorama de trabalhos já realizados sobre o Centro Histórico e/ou sobre a temática. Dando prosseguimento, a segunda etapa metodológica se configurou por discussões teóricas com o orientador o Prof. Dr. Josoaldo Lima Rêgo e discentes do NEGO que desenvolvem pesquisas sobre a mesma área e/ou de assuntos afins, essa etapa foi fundamental no processo de assimilação teórica das literaturas que fundamentam esta pesquisa.

O terceiro momento da investigação foi a imersão de fato no campo pesquisado. Houve o levantamento de dados primários, a partir de visitas de campo, entrevistas e desgostos fotograficos. Concordado em conversa com a vice-presidente da associação de moradores dos bairros do Desterro, Praia Grande e Portinho, Dona Dijésus, marcamos uma visita a um prédio ocupado por moradores que reivindicavam por moradia digna no Centro - a ocupação Magalhães de Almeida - onde participamos, apenas enquanto observadores, de uma reunião entre representantes da SECID e os moradores. Na ocasião foi possível

fazer alguns levantamentos quantitativos e qualitativos, tanto sobre a infraestrutura da ocupação, quanto sobre as demandas e reivindicações dos moradores e sobre o posicionamento do Estado em relação a elas.

Com Base nessa primeira aproximação, elaboramos um roteiro que norteou as entrevistas realizadas com moradores dos bairros e com lideranças da comunidade. As entrevistas tiveram caráter semiestruturados e foram gravadas, com consentimento dos entrevistados. Composto ainda a terceira etapa metodológica de levantamento de dados primários que subsidiaram de maneira indispensável grande parte das discussões tecidas neste trabalho. Em ambas as visitas foram feitos registros fotográficos das fachadas dos prédios ocupados e de outras estruturas que nos pareceu relevante para demonstrar aqui.

Além das visitas aos bairros, também acompanhamos uma palestra dada pelo secretário das cidades do Estado na qual foi apresentado o programa "Nosso Centro". Esse programa, segundo o governo do estado, objetiva “Tornar o Centro Histórico de São Luís referência em renovação e desenvolvimento sustentável, preservando seu valor histórico e cultural ao mesmo tempo em que promove o Centro da cidade como um espaço democrático.” (MARANHÃO, 2019).

A quarta etapa metodológica não aconteceu de maneira concentrada, esteve presente desde a segunda, pois se constituiu no tratamento e análises dos dados primários e secundários adquiridos. Nessa etapa, selecionamos dentre as bibliografias lidas as que seriam relevantes para o trabalho, transcrevemos as entrevistas e selecionamos as fotos tiradas durante as visitas de campo para usos demonstrativos. Em cada fase da pesquisa, foi possível acomodar as informações obtidas, tecer reflexões e chegar a conclusões que serão apresentadas ao longo deste trabalho.

A última etapa dessa pesquisa foi também o seu resultado, a escrita deste trabalho, onde discutimos a problemática habitacional inerente ao Centro Histórico a partir da perspectiva do direito à cidade e das ações políticas que reivindicam-o. Analisamos as estratégias de ocupação do território e buscamos observar as ações dos diversos sujeitos sociais que o ocupam.

A respeito da ocupação e formação territorial do centro da cidade de São Luís, é sabido que seu marco inicial aconteceu ainda no período colonial e, apesar de anteriormente a isso, a ilha ser povoado por índios Tupinambás, seminômades que possuíam modos de (re) produção no/do território (OLIVEIRA, 2019), foi só no período colonial que a produção do território ganhou características físicas e simbólicas que permanecem presentes na materialidade e influenciam o uso e (re) produção da vida

urbana.

O modelo arquitetônico, as histórias contadas e a própria circulação urbana demonstram que, apesar de hoje existir novas centralidades ou descentralidades na cidade, é notório a importância de toda área denominada como Anel Viário para a economia, a cultura e turismo. Porém ressaltamos que os usos atribuídos às formas existentes mudaram ao longo do tempo, nota-se que o território foi perdendo seu sentido opulência e poder que tinha num passado mercantil, sendo hoje, para muitos, símbolo de marginalidade ou pobreza, carente de uma “revitalização”. No entanto, acreditamos que os impulsos que levam a essa revitalização possuem caráter higienizador e de "gourmetização" do espaço, a fim de fazê-lo apto para atender novamente as demandas de grupos seletos.

1. CIDADE, DIREITO À MORADIA E OCUPAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS

A cidade é, antes de qualquer outra coisa, um espaço geográfico, pois é essencialmente obra da relação entre os seres humanos e a natureza. E, para Santos (2006, p. 32), “O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações”, os sistemas de objetos respondem ao um conjunto de técnicas existente numa determinada época, portanto, em cada período da história nota-se uma nova reorganização de objetos situados num determinado sistema de técnicas, o que possibilita o surgimento de novas formas de ação. (SANTOS, 2006).

Ao longo da história, percebe-se o desenvolvimento de diversos tipos de cidades com características comuns e singulares. Uma das características comuns aos diferentes modelos de cidade é a complexidade das relações sociais e a crescente evolução das técnicas, que acontece mediante a uma nova relação homem-natureza, que não preexistia à cidade, sendo esta, o domínio permanente de um território, no qual acontece a organização da vida social e, portanto, a gestão da produção coletiva que caracteriza a indissociabilidade entre a existência material e política da cidade (ROLNIK, 1995).

Além da complexidade das relações sociais existente nas cidades, as formas físicas dos diferentes lugares foram se modificando, tornando-se também mais complexas, sendo assim, existem tipos de relações, estruturas físicas e modos de (re) produção que conferem-se apenas aos espaços da cidade o que estabelece diferenças fundamentais entre o espaço urbano e o rural. A produção do espaço urbano se dá, segundo Dos Santos (2015, p. 195) “a partir da destruição da natureza e do espaço construído, possuindo uma ordem político-econômica e

social” diferente da existente no espaço rural, porém o rural e o urbano não estão desconectados.

Dos Santos (2015) ao discutir a produção do espaço urbano o faz a partir da categoria de análise “produção do espaço” proposta por Henri Lefebvre em sua obra *La Production de l’espace* de 1975. Aponta que para Lefebvre existem dois sentidos no termo “produção”, um ligado a produção de bens e mercadorias e, outro ligado a produção de relações sociais. Desse modo, o espaço não é produzido apenas numa dimensão física, mas também, em uma simbólica. Assim, os bens, as estruturas e o solo urbano também são produzidos numa esfera abstrata carregando significados e usos ligados à subjetividade social.

O crescente processo de urbanização mundial, traz consigo diversas problemáticas, a exemplo, observa-se a questão habitacional que se encontra no centro da agenda urbana internacional. Segundo Balbim (2018, p. 14), “A conferência Habitat II, realizada em Istambul, em 1996, trouxe ao centro do debate internacional das cidades a questão do direito à moradia, reivindicação histórica de movimentos sociais e urgência global”. Outra bandeira defendida pelos movimentos sociais que foi atendida nessa agenda foi a descentralização das políticas habitacionais, entretanto isso serviu também às mais estruturadas correntes do neoliberalismo. Bancos e agências internacionais de desenvolvimento, em contraponto à ideia de construção social de moradia e da própria cidade, ditaram um modelo industrial de produção de habitação em massa. (BALBIM, 2018).

Esse modelo é adotado em escala local. Várias cidades do Brasil adotam soluções para a questão habitacional pautando-se em uma produção industrial de moradia, não levando em conta as especificidades da população a ser atendida. Esse tipo de habitação possui um modelo pronto, uma estrutura meramente funcional e prática para ser reproduzida em larga escala. E, de maneira geral, são construídas em locais “distantes da infraestrutura urbana implantada, reforçando a desigualdade social por meio da exclusão territorial e do cerceamento do direito à cidade” de acordo com Marguti (2016, p. 120).

Entende-se aqui o direito à cidade como um conjunto de direitos materiais e intangíveis que abrangem as condições necessárias para a vida urbana. Esse direito se contrapõe ao modo de produção capitalista do espaço que enxerga a cidade enquanto valor de troca, enquanto mercadoria. Pensar o direito à cidade é pensar a cidade enquanto valor de uso, onde há a garantia do direito de habitar, bem como, dos direitos individuais e coletivos, de participação da construção da cidade na qual se vive, ou se quer viver, além da possibilidade de apropriação dessa obra construída conjuntamente, segundo Lefebvre (2001).

Esse caráter mercantil do espaço urbano contemporâneo, responsável em grande

medida pelos desafios urbanos presentes nas diversas escalas espaciais, possui caráter de cerceamento do direito à cidade. Isso somam-se às particularidades do Centro Histórico da capital maranhense, o recorte espacial desta pesquisa, onde se observou no transcorrer das visitas de campos e dos levantamentos bibliográficos que existe uma disputa de interesses antagônicos entre os agentes e sujeitos sociais que atuam naquele espaço, a saber: o Estado, o capital e os moradores.

O Estado, que deveria assegurar os direitos fundamentais dos moradores e mediar os conflitos entre esses e os interesses capitalista, mostra-se como aliado do capital, criando condições para o seu desenvolvimento e, por vezes, ignorando as demandas sociais e/ou direitos já garantidos por lei. Sendo assim, os moradores precisam traçar estratégias para garantir direitos como moradia, liberdade, lazer, ou seja, o direito à cidade.

Nesse sentido, os bairros do Centro Histórico possuem qualidade de território, pois entende-se como território

“o recorte do espaço delimitado por relações de poder que envolvem a produção e a apropriação espacial, com conotações políticas, econômicas, culturais, sociais ou naturais, sendo que essas relações são alimentadas por fluxos que ocorrem em diversas escalas, do local ao global”. (FUINI, 2018, p.39).

Desde a sua fundação, datada de 1612, São Luís se constitui como território estratégico, pois a “sua ocupação constituiu-se como estratégia da Coroa Portuguesa em impedir a invasão de nações inimigas”, segundo Dos Santos (2015). A ocupação do espaço urbano de São Luís tem como característica a produção espacial pautada na lógica capitalista. A produção e uso do espaço serviam aos interesses mercantis, mas também atendiam aos interesses sociais por moradia das classes abastadas, nas áreas centrais e, nos arredores dessas, as classes menos favorecidas se aglomeravam.

Entre os séculos XVIII e XIX, a cidade se consolidou como um importante polo econômico do país, graças à produção e exportação de algodão e à exploração do tráfico negreiro. Esse desenvolvimento econômico influenciou a produção espacial do núcleo central da cidade que, do ponto de vista arquitetônico, se caracterizou por grandes casarões, praças e igrejas, estruturas que até os dias de hoje demonstram na paisagem a influência da economia na formação territorial. Os casarões abrigavam as atividades comerciais, mas também eram moradia das famílias ricas. No final do século XIX houve o declínio na produção de algodão e somados a crise do tráfico negreiro acarretou uma desvalorização econômica de São Luís no cenário nacional o que mudou a lógica de ocupação do centro (DOS SANTOS, 2015).

Nas primeiras décadas século XX, em consonância com o processo de

industrialização e modernização das cidades brasileira, São Luís recebe investimentos no setor da indústria e infraestrutura, sendo assim, o movimento de ocupação da cidade ganha novas direções. Por exemplo, “a abertura da Avenida Getúlio Vargas e a transferência para seus arredores de uma parcela da população de alta renda antes instalada na Praia Grande, intensifica-se o processo de desvalorização da área central da cidade”. (LOPES, 2008, p. 32).

O Centro Histórico já não possui a mesma importância econômica do passado e novos modelos arquitetônicos são pleiteados pela classe dominante. Assim, há um deslocamento de centralidade e um incentivo governamental para a implantação de infraestruturas urbanas nas novas áreas ocupadas. Somado a isso, houve investimentos no setor imobiliário de São Luís, decorrentes dos financiamentos de origem estatais, que viabilizaram o acesso habitacional à classe média e alta em detrimento das classes pobres (DOS SANTOS, 2015).

Todavia o Centro Histórico não deixa de ser território, pois ganha novos usos exercido por novos sujeitos. A periferia ocupa o centro, há, segundo Lopes (2008) um “aumento do número de cortiços, ocupados pela população pobre, trabalhadores assalariados, servidores públicos ou desempregados” que criam novas maneiras e vivenciar o centro, baseando-se em uma ordem instituída coletivamente no cotidiano, deixando suas marcas através dos fazeres e saberes constituídos coletivamente, em um processo histórico dinâmico de relação com o lugar (FREITAS e FERREIRA, 2011).

Nas décadas seguintes - 1960 a 1970 -, São Luís vivencia um considerável aumento populacional, marcado por uma “grande migração rural, que possivelmente estaria relacionada à demanda de mão de obra na construção civil, tanto na construção de novas vias e ampliação do sistema viário como na construção dos novos conjuntos e loteamentos” - (LOPES, 2008, p. 35) - resultando em problemas de ordem socioeconômica. Segundo Diniz (2017), esse crescimento populacional aconteceu de forma desordenado, implicando em problemas de habitação, saúde e segurança, além de contribuir para o surgimento de ocupações irregulares (palafitas, favelas etc.).

Ao longo desses anos os moradores dos bairros centrais se organizaram em ações e estratégias de reivindicação de direitos fundamentais, intitulados na Constituição Federal como “direitos sociais”, como o direito à educação, à saúde, à alimentação, ao trabalho, à moradia, ao transporte, ao lazer e à segurança. Ressalta-se que o direito à moradia ganha destaque especial nesta pesquisa.

1.1 O CONTEXTO HABITACIONAL DO CENTRO HISTÓRICO

O direito à moradia constitui-se fundamental para a reprodução da vida no território urbano. A negação desse direito implica em negar a própria existência do indivíduo e sua dignidade. No entendimento geral da sociedade e dos órgãos públicos que prestam serviços às comunidades, existir no meio urbano implica em residir em um endereço passível de comprovação diante de instâncias legais. Isso se torna claro nas instituições educacionais, nos atendimentos não emergenciais em hospitais e até mesmo em alguns cadastros de programas de assistência social e cadastros junto a iniciativas privadas. De maneira habitual essas instituições exigem comprovação de moradia e as pessoas que não possuem uma habitação regulamentada tem dificuldades de acessar instâncias sociais que são direitos de todos.

morando em um casarão que ele é alheio, onde eu não tenho uma entidade de uma conta de luz no meu nome, de uma conta de água no meu nome, então eu não tenho identidade de moradia, eu só tenho o endereço [...] essa coisa aí ele chega a frustrar as pessoas, porque assim, se eu precisar ter uma educação mais lá em cima, eu precisar dá todos os meus detalhes, eu não tenho [...] as pessoas pra se educar pra ter saúde, pra tudo eles precisam ter uma identidade. Uma identidade de habitação (DIJESUS, 2019)¹

Em contraponto a essa postura das instituições públicas e privadas, que parecem crer que a questão habitacional no Brasil já está superada, o déficit de moradia em escala nacional é gigantesco. Em 2008, era da ordem de 5,5 milhões de unidades, correspondendo a uma carência de moradia para 4,6 milhões de famílias só em áreas urbanas, segundo o Plano Estadual de Habitação de Interesse Social do Estado do Maranhão (PEHIS MA). E, de acordo com estudos do IPEA, em 2015, a população em situação de rua ultrapassou a marca de 100 mil, no Brasil

No escape desse número está a população que ocupa de maneira irregular prédios e outras estruturas que lhe servem de moradia e, ainda, àquelas que edificam casas rudimentares e sem infraestrutura adequadas em lugares vulneráveis e/ou de proteção ambiental, como constata-se em São Luís (MA), inúmeras casas construídas às margens do Rio Anil e Rio Bacanga entre outras áreas de manguezal. Segundo Maricato (2010, p. 9),

é a alternativa que sobra para os excluídos do mercado e dos programas públicos pouco abrangentes. Não é por falta de leis ou planos que essas áreas são ocupadas, mas por falta de alternativas habitacionais para a população de baixa

¹Fala da vice-presidente da União de Moradores dos bairros da Praia Grande Desterro e Portinho, durante entrevista realizada, em 27 de novembro de 2019.

renda [já que essas áreas são] vulneráveis, protegidas por legislação ambiental que não interessam ao mercado imobiliário privado legal e “sobram” para as moradias pobres.

Diante dos dados apresentados e de outros mais, nota-se que as metrópoles brasileiras têm como característica fundamental a problemática habitacional. Isso em grande medida se deve em razão de uma trajetória política ineficiente no que diz respeito à garantia ao direito à moradia, sobretudo para as classes pobres. Não houve interesse do ponto de vista do planejamento para que os problemas socioespaciais advindos dos já citados processos de industrialização e urbanização das cidades brasileiras fossem solucionados. O que se observa é um desenvolvimento urbano desigual, decorrente de um fomento em infraestrutura pautado em um planejamento estratégico, pensado e gerido de maneira a perpetuar as desigualdades acentuando o caráter contraditório e desigual das cidades brasileiras. (SANTOS, 2006) e (DINIZ, 2017).

A questão habitacional em São Luís (MA) não se encontra fora desse quadro. A construção de moradia acontece de forma desordenada em decorrência de um movimento espontâneo das classes populares que, por diversos motivos, buscam providenciar um lar nas dependências urbanas, por exemplo, a proximidade com o local de trabalho, ou a destruição do modo de vida camponesa que obriga a população das zonas rurais a migrarem para as cidades em busca de meios para sobreviver.

Não obstante a isso, nota-se movimentos organizados que estão engajados na luta por moradia de qualidade na cidade, por entenderem que isso é direito garantido por lei. Esse movimento organizado está no centro desta pesquisa. Analisou-se a Mobilização Política na luta por moradia adequada a partir do recorte de dois bairros, o Desterro e a Praia Grande, em um cenário de especulação capitalista que visa o uso do território para fins mercantis.

Os movimentos sociais ou mobilizações políticas estão presentes na luta por garantia dos direitos urbanos a bastante tempo, segundo Pereira (2018) “o debate da reforma urbana é retomado com o fim do regime Militar” quando surgem iniciativas na defesa da função social da propriedade

É criado então, o denominado Movimento Nacional pela Reforma Urbana, MNRU, constituído por entidades da sociedade civil, assumindo a responsabilidade de formular um conjunto de propostas para integrar a Constituição que seria aprovada em 1988, de forma crítica à situação urbana vigente no país. (PEREIRA, 2018, p. 79)

Apesar de longos anos de luta nesse sentido, o uso do solo urbano para fins de interesses coletivos ainda é um desafio. Para muitos, as novas normas estabelecidas nas

Constituição Federal de 1988, baseadas em instrumentos urbanísticos e jurídicos, prevendo sanções aos proprietários de solo urbano ocioso ou subutilizado, que concede autonomia aos municípios, são vistas como um impasse para o avanço da reforma urbana, pois na escala municipal as elites locais conservadores teriam mais forças que os movimentos sociais. Já outros, consideram que o ente federativo mais capaz de atuar sobre o espaço urbano é o município. (PEREIRA, 2018).

Ao certo, vemos que as ações municipais ainda não são efetivas na solução dos problemas ligados à moradia nos bairros estudados. Essa problemática não recebe a devida atenção do Estado, mesmo o Desterro tendo caráter residencial, há um déficit de moradias, mediante isso, a sociedade civil se organiza na mobilização política que visam reivindicar soluções. Esse assunto será tratado de maneira mais aprofundada nos próximos tópicos.

Nesse contexto de déficit habitacional, há em diversas ruas do centro ocupações² de casarões abandonados, que perderam sua função social enquanto propriedade privada. A apropriação desses espaços, anteriormente entendidos como vazios urbanos³, tem caráter político que extrapola sua função primeira de lar e de abrigo da vida cotidiana, geralmente associado ao uso do solo urbano pelos cidadãos comuns. A partir da ação política de ocupação, esses casarões ganham significado de resistência e a população que ali constroem seu cotidiano reivindicam o direito a moradia.

De certo, as ações municipais ainda não são efetivas na solução dos problemas ligados à moradia, mesmo o Desterro tendo caráter residencial há um déficit de moradias tanto no que se refere a quantidade de moradias quanto a qualidades necessárias para habitabilidade no Centro Histórico. Diante disso, a sociedade civil se organiza politicamente, em associações de moradores, buscando exigir soluções para essa problemática, mas também numa tentativa de reprodução de suas vidas cotidianas. Isso será tratado de maneira mais aprofundada nos próximos tópicos.

Segundo Dona Dejesús, uma das lideranças políticas do bairros estudados, há “um tanto [quantidade] muito grande de pessoas que viviam em situação de rua” e que migram para o Centro, pois “encontram suporte, porque aqui [no Centro Histórico] a gente tem um casarão que não tem porta, ele [pessoas em situação de rua] pode entrar pra dormir, tu tem um casarão que ainda tem um telhado que não te molha” (JESUS, 2019). O fato contado

² O termo ocupações, ou ocupações urbanas empregam-se aqui quando nos referimos aos casarões apropriados para fins de moradia pela população pobre do Centro Histórico de São Luís - MA. Sendo essa apropriação caracterizadas por ações organizada e coletivas.

³ Segundo Silva (2010), o termo vazio urbano pode admitir uma multiplicidade de conceitos. Porém, a partir de Borde (2003), a autora entende que vazios urbanos como terreno e edificações localizadas em área provida de infraestrutura, mas que não tem sua função social, econômica efetivamente realizadas.

pela liderança, faz parte do contexto de omissão do Estado em promover ações que visem solucionar o déficit habitacional da cidade.

De acordo com informações presentes no portal oficial da prefeitura de São Luís existem tentativas não eficazes no sentido solucionar essa problemática. A exemplo tem-se o CENTRO POP, um serviço oferecido através da SEMCAS, que segundo o portal da prefeitura “Garante acolhida e escuta; estudo social; visita domiciliar à referência familiar; orientação e suporte para acesso à documentação pessoal; orientação e encaminhamento para a rede de serviços locais; espaço para realização de higiene pessoal; guarda de pertences” (SEMCAS, 2019). Porém essas ações paliativas não solucionam a situação da população em situação de rua.

1.2 PRAIA GRANDE E DESTERRO: uma discussão sobre a escala territorial do bairro

Neste tópico buscamos fazer uma análise geohistórica sobre os bairros do Desterro e da Praia Grande localizados em São Luís (MA), objetivando compreender suas trajetórias enquanto territórios historicamente construídos por agentes e sujeitos sociais ao longo dos anos. Esse entendimento está em consonância com um dos conceitos de cidade que norteia essa pesquisa: “a cidade como construção humana, produto histórico-social, contexto no qual a cidade aparece como trabalho materializado, acumulado ao longo de uma série de gerações, a partir da relação da sociedade com a natureza” (CARLOS, 2007, p. 20).

Para tanto, é necessário buscar um conceito de bairro que contemple o recorte geográfico. Pautado no entendimento comum, bairro é uma porção da cidade composta por uma vizinhança que possui aspectos históricos comuns e limites mais ou menos delimitados, conformados por ruas, praças, casas, escolas etc. Pacheco (2001), aponta que “a comunidade geográfica de São Luís do Maranhão não tem lançado olhares que priorizem reflexões fundamentadas sobre a concepção de bairro” e busca conceituá-lo a partir das categorias de análises geográficas. Para ele,

o bairro se constitui como um lugar normalmente residencial e segregado e, por extensão, voltado ao atendimento imediato das necessidades urbanas das suas comunidades, é geograficamente representativo da cidade, pois é a principal forma de reprodução do espaço urbano total, de vez que o espaço urbano é segmentado e desigual, porém, articulado. (PACHECO, 2001).

O Desterro e a Praia Grande são dois bairros históricos tombados como Patrimônio Mundial, em 1997, pela a UNESCO. O tomo refere-se à sua rica arquitetura composta

por prédios de características arquitetônicas dos séculos passados. O atual zoneamento territorial municipal de São Luís compreende que o Centro Histórico é formado por onze bairros que totalizam as áreas de preservação mundial, federal e estadual e são caracterizados como áreas de grande interesse pelas políticas públicas de patrimônio (CHAVES, 2012).

Portanto, a Praia Grande e o Desterro são bairros peculiares que possuem uma longa e rica história. Não existe uma delimitação precisa entre eles, mas ambos se localizam na área do Centro Histórico e caracterizam-se visualmente pelo seu conjunto arquitetônico colonial.

Analisando as paisagens desses dois bairros percebe-se que o espaço tem um caráter cultural, artístico arquitetônico e político muito forte, possuem usos e apropriações diversas, estão impressas na paisagem ações de diferentes sujeitos sociais. As paredes dos casarões são telas para artistas locais, que expressam sua arte por meio de grafites, *lambes lambes*, estêncil etc. as praças e ruas dos bairros também são palco para cantores e atores, a exemplo tem-se a praça Nauro Machado no bairro da Praia Grande que é um ponto de encontro de diversos grupos sociais, como a comunidade LGBTQ+, e que abriga movimentos como o Circo tá na Rua - que busca reunir artistas das artes circenses da cidade ou que estão de passagem para praticarem juntos e promover uma interação com as pessoas que passam pela praça-, ações de coletivos que se mobilizam para levar a esse espaço um comércio alternativo como brechós e sebos. Mas também é notório o caráter residencial, sobretudo do Desterro, que qualifica esses espaços de fato como bairro.

Entendemos que um espaço delimitado, qualificado como bairro tem um gama de características, assim, admite-se como bairro uma unidade espacial dotada de complexidade e particularidades que variam a depender de fatores nem sempre mensuráveis, presentes no espaço que é o pressuposto fundamental para todas as ações sociais. Cada bairro apresenta características singulares, entretanto existem tantas outras que permitem agrupar dentro de uma mesma classificação espaços ou territórios tão heterogêneos entre si, sendo uma destas, o caráter residencial, que implica em uma construção coletiva a partir das relações de vizinhança que se estabelecem no cotidiano ao mesmo passo que fazem a manutenção desse.

Há um sentimento de pertencimento ao local, esses laços cotidianos entre os moradores caracterizam e delimitam o bairro, não enquanto porção administrativa da cidade, mas do ponto de vista do reconhecimento do território pela comunidade que ali vive, em concordância com o que aponta Bezerra (2011), o entendimento dessa unidade

espacial se aproxima do conceito de território, devido aos seus elementos de dominação e pertencimento.

Para Souza (1989), “o bairro é palco cotidiano, arena de luta mais imediata, referencial organizativo básico e catalisador simbólico”. Se referindo ao bairro como palco, não o faz considerando-o palco neutro e passivo, mas sim admitindo que há uma dialética configurada por meio da materialidade do espaço que exerce certo condicionamento aos atores sociais. Entende ainda que o espaço do bairro assume diferentes significados a depender dos usos e simbolismos políticos, econômicos e culturais que lhe são conferidos - nas palavras de Souza (1989, p. 140): “o espaço não tem o mesmo significado para os diversos tipos de ativismo social”. Nesse caso, o espaço não é puramente referencial suplementar para as lutas que ocorrem e caracterizam os bairros, ele é referencial decisivo, pois é a territorialização das bases sociais de lutas organizadas e aglutinadas por diferentes grupos e classes sociais. (SOUZA, 1989).

Sendo assim, a escala territorial do bairro tem grande importância nos estudos sobre a cidade, visto que, é na dimensão do bairro que se pode observar os dramas e conflitos sociais ligados a produção social e as transformações morfológicas do espaço urbano. (BEZERRA, 2011). Marques (2018, p. 31) aponta “o Estado e o sistema capitalista como agentes principais de caracterização na forma como os bairros se formulam, até mesmo as divisões socioespaciais” quando discute, em seu estudo, a produção capitalista do bairro. Entretanto, os moradores também possuem autonomia na produção dos bairros na dimensão do cotidiano, por esta razão há conflitos decorrentes de ações antagônicas no espaço.

O Desterro é um dos bairros mais antigos de São Luís, segundo o IBGE ele aparece sinalizado na primeira planta cartográfica da cidade em 1642. Apesar de se localizar no sentido contrário a área onde a cidade começou a ser ocupada pelos invasores franceses, é apontado como primeiro cenário de ocupação pelos portugueses. O bairro leva esse nome em homenagem a Nossa Senhora do Desterro, padroeira dos portugueses que viajavam para as colônias. Ao caminhar pelo bairro, logo se observa o largo e a igreja do Desterro, fundada em dedicação a padroeira, porém, após sucessivas reconstruções, hoje a igreja é dedicada a São José do Desterro. (IBGE, 2019).

Chaves (2012) indica que estudos realizados pela Fundação Municipal do Patrimônio apontam que o Desterro tem seus primeiros sinais de representação na delimitação territorial feita pelos franceses, no início da construção do Forte São Luís, nos primeiros anos pós fundação da cidade, datada de 1612. Já entre 1641 e 1644, o território

que corresponde hoje a esse bairro, foi área de conflitos entre portugueses e holandeses, entretanto, nessa época o Desterro era coadjuvante, em relação à Praia Grande que tinha grande importância econômica para o núcleo da cidade.

No início do século XX, parte dos casarões do Desterro e da Praia Grande são transformados em bordéis luxuosos como aponta Lopes (2008, p. 32 - 33):

Durante o Estado Novo, uma parte da Praia Grande e do bairro do Desterro foi destinada pelo governo à concentração do meretrício, em uma zona de prostituição legalizada, o que incentivou o afastamento das famílias que ali residiam e a desvalorização dos sobrados, gradualmente transformados de boates e bares em cortiços ou pensões para pessoas de baixa renda chegadas do interior maranhense e de outros estados.

Entende-se que a criação ou legalização da Zona do Baixo Meretrício (ZBM) pelo Estado, foi uma ação que gerou segregação e impôs um estigma sobre os bairros, mais fortemente sobre o Desterro. Houve a criação de uma fronteira forjada em cima de preconceitos que dividiu o Centro Histórico na época e que até hoje traz consequências negativas para os bairros. Em conversas com moradores antigos, percebe-se a ZBM durante as noites era vista como uma área de luxo por suas boates e bares, mas com o passar do tempo o cenário da área foi marcado pelas contradições sociais.

A população que reside nesse espaço, tido como tradicional no contexto histórico da formação da capital do Maranhão, guarda consigo, além de memórias das quais se orgulha, contradições diversas, tais como o rótulo de um bairro marginal, violento, atrelado ao tráfico de drogas e a prostituição, generalização midiática esta que não condiz com a realidade de todas as pessoas que ali moram. [...] Cabe ressaltar que esses discursos omitem as formas de pertencimento social e reações dessas pessoas. (CHAVES, 2012, p. 87).

Apesar das contradições que assolam o bairro do Desterro, é inegável sua riqueza histórica, arquitetônica e social. O bairro é formado por casas modestas e casarões - ambos possuem características coloniais (Figura 1) -, por ruas de paralelepípedos centenários, teatros, museus e pelas histórias e tradições de seus moradores.



Figura 1 - Fachada das casas de uma das ruas do bairro do Desterro Fonte: Josoaldo Lima Rego, 2019

A história do bairro da Praia Grande, mesmo que em alguns momentos se misture com a história do bairro do Desterro, apresenta profundas diferenças, sobretudo no uso do território. Desde sua fundação - que data de 1612, visto que o núcleo inicial da cidade era nessa região - possui um caráter mercantil bem forte, no passado, como já mencionado nesse trabalho, voltado para atividades comerciais do mercado internacional que envolvia o Grão-Pará e o Maranhão. Já na contemporaneidade, as atividades de turismo e serviço ganham destaque e impulsiona o comércio local.

Na atualidade, os casarões coloniais tornaram-se sedes de órgãos das administrações públicas estaduais e municipais ou foram refuncionalizados, passando a abrigar equipamentos relacionados ao turismo, tais como agências de viagens, casas de cultura e museus, bares, restaurantes, lojas de artesanato e souvenirs (CARVALHO E SIMÕES, 2012, p. 207).

O bairro tem muitos bares e restaurantes que atendem à um público variável, a depender de cada estabelecimento. Conta com restaurantes modestos que atendem trabalhadores, estudantes e moradores do bairro e adjacências, oriundos das classes de menor poder aquisitivo. Também conta com bares e restaurantes mais sofisticados que atendem aos padrões da classe abastada da cidade e turistas.

O setor do comércio também é bastante forte, existe o Mercado das Tulhas, um mercado tradicional da área do Centro Histórico, além de diversas lojas que vendem desde roupas até doces e bebidas típicas.

Todos esses usos do território da Praia Grande não excluem sua característica

residencial. Existem algumas moradias convencionais, casas nos andares de cima de comércios e lojas que abrigam os comerciantes, além de habitações de interesse social, como o caso da Habitação de Interesse Social na Travessa Humberto de Campos que atende aos servidores públicos e ocupações urbanas.

Os problemas habitacionais nesse bairro assim como no Desterro são perceptíveis, durante o dia, mas principalmente durante a noite, nota-se que existe um grande número de pessoas em condição de rua que buscam abrigos nas praças e calçadas do bairro. Durante as pesquisas documentais e bibliográficas feitas não foram encontrados dados estatísticos específicos sobre a população em situação de rua que ocupam o centro da cidade, mas segundo o último levantamento feito pela SEMCAS, em 2012 constatou-se que o número de pessoas morando em logradouros públicos da capital era 627 que representou um aumento de quase 23% em relação a 2011.

Ademais, durante a pesquisa entendeu-se que a questão habitacional está para além da moradia enquanto espaço físico. É necessário que haja condições de habitabilidade nos bairros e condições para reprodução da vida urbana, o que está claro para a liderança comunitária da Praia grande e do Desterro: para “pensar em habitação eu tenho que pensar em educação, tenho que pensar na saúde, pensar na geração de renda e nessa troca também de figuras saindo de um baixo pra um que a gente chama de “um pouquinho mais” que não é alto” (DEJÉSUS, 2019). Não se observa na delimitação estudada presença de escolas de educação básica da rede estadual e municipal ou posto de saúde, estruturas básicas de uma área urbana, o que demonstra o descaso do Estado para com os moradores desses bairros.

2. POLÍTICA URBANA E AÇÕES POPULARES

Foi a partir de 1930, no período “desenvolvimentista” vivido pelo país, que houve a movimentação das atividades econômicas do meio rural para o urbano. Essa época coincide com o fim da segunda guerra mundial e com uma ascensão de políticas sociais fomentadas pelo governo do então presidente Getúlio Vargas. As cidades tomam protagonismo nas políticas de desenvolvimento econômico e social, com isso, o debate sobre política urbana ganha importância na agenda da administração pública. É notório que na segunda metade do século XX houve certa preocupação acerca das condições necessárias para a reprodução social na cidade, por exemplo, habitação, transporte e infraestrutura urbana.

Todavia a legislação da época não dava conta de assistir tais preocupações, tendo

em vista a elevada taxa de urbanização e conseqüente expansão territorial em todo o país. As leis de zoneamento eram tradicionais e tinha função elementar de controle do solo urbano, o que já não era suficiente para gerir a realidade urbana em ascensão. Era necessário incorporar a questão habitacional, sobretudo a de natureza social, dirigidas aos trabalhadores que se encaminharam às áreas urbanas (AZEVEDO e FREITAS, 2014).

Com mudanças de governos o país passa por momentos de instabilidades e estabilidades, que não serão aprofundados aqui, pois o momento histórico do país que detém o interesse da pesquisa é o período de pós golpe militar. Mas, vale mencionar que, entre o governo de Juscelino Kubitschek e o fim do Golpe militar, o país, assim como grande parte da América Latina, vive um momento conturbado, há nesse período uma mudança do pensamento social dos latinos americanos, no mesmo momento que constata-se inúmeros problemas como, “o incremento populacional, a migração rural/urbana, a industrialização e a crise na estrutura agrária” (AZEVEDO e FREITAS, 2014, p. 760), que se somavam às iniciativas de planejamento econômico separadas das questões urbanas, negligenciadas pelas ações governamentais, culminando em um agravamento da crise urbana e em um déficit na oferta de moradia.

É mediante a isso que o IAB em colaboração com o IPASE prove o Seminário de Habitação e Reforma Urbana (1963) motivados a mudar os instrumentos de regulação e de mediação dos conflitos sociais urbanos, além de incluir mecanismos de controle do mercado imobiliário (AZEVEDO e FREITAS, 2014).

Já com o cenário democrático restabelecido, o debate da reforma urbana é retomado. Nesse período destaca-se o Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU) formado por entidades da sociedade civil, que tinham a incumbência de elaborar, de forma crítica em relação à situação urbana vigente no país, um compilado de propostas para integrar a Constituição que estava sendo debatida e viria a ser promulgada em 1988 (PEREIRA, 2018). A nova Constituição conta com dois artigos referentes a gestão do solo urbano e à função social da propriedade privada, onde se lê:

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

Art. 183. Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

Isso dá subsídio jurídico para reivindicação do direito à moradia tanto para as

peças em situação de rua quanto para aquelas oriundas de ocupações, apesar disso, não é raro observar a negação desse direito, sobretudo para as classes pobres. A constituição também confere aos municípios certa autonomia para gerir o solo urbano e institui que as cidades com mais de vinte mil habitantes precisam ter plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, como instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

Pereira (2018) aponta que houve opiniões contrastante quanto a autonomia municipal da gestão do solo urbano estabelecida na Constituição, para ele muitos consideraram isso como uma forma de conter o avanço da reforma urbana por parte do bloco constituinte conservador, já que a reforma urbana teria mais dificuldades de se implantar na escala municipal, por conta da força das elites locais que teriam vantagem na disputa de interesses com os movimentos sociais. Todavia, “outros consideraram que o município seria o ente federativo o mais apto para atuar sobre o espaço urbano”.

Vale ressaltar que os artigos supracitados não representam todas as reivindicações proposta pelo MNRU e que eles não são autoaplicáveis, sendo necessários outros mecanismos de regulamentação. Diante disso, uma nova luta social foi necessária, dando origem ao Fórum Nacional pela Reforma Urbana. O FNRU é

uma articulação nacional que reúne movimentos populares, sociais, ONGs, associações de classe e instituições de pesquisa com a finalidade de lutar pelo direito à cidade, modificando o processo de segregação social e espacial para construirmos cidades verdadeiramente justas, inclusivas e democráticas [...] Enquanto uma rede de atores sociais, o FNRU, é instrumental na resistência e contestação contra as forças dominantes que têm determinado o atual modelo urbano (FNRU, 2019).

Em 2001, é promulgado o Estatuto da Cidade, como lei federal brasileira de nº 10.257, buscando reunir, de maneira holística em um único texto, diferentes aspectos relativos à gestão democrática da cidade, à justiça urbana e ao equilíbrio ambiental. Fazendo emergir a questão urbana inserindo-a na agenda política nacional num país, até pouco tempo, marcado pela cultura rural. Porém, a lei no papel não é suficiente para solucionar os problemas estruturais da sociedade brasileira, alicerçada sobre profundas desigualdades os direitos à moradia, à cidade, entre outros, não são garantidos para grande parcela da sociedade (MARICATO, 2010).

Portanto, entende-se que a mobilização popular ainda assume papel fundamental nas lutas urbanas, se não mais no sentido da busca por subsídios jurídicos em forma de leis - no caso do Brasil -, na reivindicação do cumprimento dessas. Essa Luta acontece em diferentes escalas, desde a escala territorial dos bairros que tem como protagonistas os próprios moradores organizados, até mesmo na escala nacional e internacional acontecendo a partir de articulações entre diferentes entidades, como ONGs, associações,

movimentos sociais, etc.

2.1 USO DO TERRITÓRIO PELOS SUJEITOS SOCIAIS

Os estudos sobre os espaços das cidades não podem ser feitos descolados das reflexões sobre seus usos. É relevante tecer considerações sobre quem são os sujeitos sociais que participam da construção da cidade e quais se apropriam dela de maneira plena. É notório que grande parte da população tem sua experiência urbana limitada, seja por regras embutidas no imaginário social, seja devido à falta de acesso. Nesse caso, entendemos o acesso como a possibilidade de chegar, de transitar e de ocupar os espaços públicos, como vias, praças, museus, praias etc.

Os diferentes usos que são dados aos espaços urbanos, criam territorialidades. Os diferentes grupos sociais que se apropriam de uma fração da cidade conferem a ela usos a partir de uma lógica de reprodução do seu modo de viver, assim, há uma multiterritorialidade, pois, existem diferentes agentes sociais atuando no território, transformando-o a partir de diferentes significados atribuídos a ele.

Por ser produzido socialmente e disputado por inúmeros usos, resultado cumulativo da ação dos agentes sociais concretos responsáveis por essa produção, entendemos que este espaço está em constante transformação, incorporando novas áreas, abandonando e/ou requalificando outras [...] o território pode ser entendido como um palco onde as relações dos diferentes agentes se materializam (SILVA, N. F., 2016, p. 645)

Porém, o território não é palco passivo, pois, ele em si próprio possui um valor seja de uso, seja de troca ou seja por ambos. Cada espaço tem um valor devido ao conjunto de objetos e possibilidades que há nele. Do ponto de vista natural ou em uma relação territorial não capitalista o espaço possui um valor de uso, às vezes ligados à sobrevivência de seus sujeitos, por exemplo, um território com solo adaptável ao plantio, ou com uma fonte de água doce favorece a reprodução de um modo de vida. Já nas sociedades capitalistas, o território é visto pelo capital sempre como uma possibilidade de apropriação lucrativa, entretanto existem aqueles que são favoráveis ao maior lucro por seus atributos físicos, de localização, ou mesmo simbólicos.

É sabido que o território se constitui como uma categoria de análise geográfica, um conceito-chave que junto aos conceitos de espaço, lugar, paisagem e região ajudam-nos a compreender o mundo enquanto espaço geográfico, mas para Milton Santos o território em si não pode ser entendido como categoria de análise do ponto de vista social, para isso, o território precisa ser tomado como território usado, sinônimo de espaço geográfico. Sendo assim o território usado é ao mesmo tempo material e social, construído

a partir de uma dialética e pelas diferentes territorialidades, ou seja, uso e apropriação pelos diferentes agentes sociais. (SANTOS, 2005)

O território-forma é o espaço material e o território usado é o espaço material mais o espaço social. O território usado é constituído pelo território forma – espaço geográfico do Estado – e seu uso, apropriação, produção, ordenamento e organização pelos diversos agentes que o compõem: as firmas, as instituições – incluindo o próprio Estado – e as pessoas (QUEIROZ, 2014, p. 157).

A partir desse entendimento, concebemos os bairros da Praia Grande e do Desterro como território usado, ou seja, como mosaico de relações estabelecidas em uma dimensão cotidiana a partir das diversas territorialidades, as estabelecidas pelos moradores, pelo capital e pelo Estado. Pois, a dimensão espacial da cidade possui uma

articulação indissociável de três planos: o econômico (a cidade produzida como condição de realização da produção do capital - convém não esquecer que a reprodução das frações de capital se realizam através da produção do espaço), o político (a cidade produzida como espaço de dominação pelo Estado na medida em que este domina a sociedade através da produção de um espaço normatizado); e o social (a cidade produzida como prática socioespacial, isto é, elemento central da reprodução da vida humana) (CARLOS, 2007, p. 21).

O capital e a população local agem sobre o território, em certa medida, condicionados pelo Estado, pois, é ele que a partir das ferramentas legais ordena o uso territorial, por exemplo, em zonas comerciais, residenciais, industriais, etc. Além disso, esses agentes atuam no espaço mediante ao fomento e incentivos, ou a ausência e abandono do estatal.

A exemplo disso, observa-se que muitas ações populares no território buscam promover melhorias em certas áreas sociais, pois, o Estado é ausente ou ineficiente quanto a garantia dos direitos das populações periféricas. Em contradição a isso ele age de modo a garantir direitos e privilégios às populações das áreas centrais o que reforça o modelo desigual e segregador do espaço urbano brasileiro. Historicamente, os governos agem alinhados aos interesses capitalistas que se contrapõem aos interesses populares, assim, analisamos aqui as relações entre o Estado, o capital e a população dos bairros do Desterro e da Praia Grande e o território, pois entendemos que

para fins de compreensão da dinâmica urbana, é preciso, antes de tudo, tomar os agentes sociais na produção do espaço urbano como referência de análise, uma vez que seus interesses, suas escalas de ação determinam processos que, materializados no espaço definem e redefinem a configuração da cidade (FERREIRA E FREITAS, 2011, s/p).

Buscamos tecer uma reflexão sobre quais as intencionalidades e estratégias dos diferentes agentes na produção e usos do espaço, já que o espaço urbano “em sua essência

congrega materialidades e imaterialidades, o que pressupõe ações e relações que envolvem os agentes sociais que o produzem e o consomem, criando-o e recriando-o conforme suas práticas.” (FERREIRA E FREITAS, 2011, s/p).

Queiroz (2014), a partir das discussões propostas por Santos (2005) sobre a formação espacial e a formação social das sociedades, aponta que o Estado é a formação socioespacial, constituído por: governo, povo, soberania e território. O Estado é um fragmento de humanidade e um fragmento de solo, ou seja, designa-se uma fração de superfície terrestre.

O Estado enquanto um conjunto de instituições políticas que representam a sociedade deve atuar de maneira acordada com os interesses sociais, tanto na instância municipal quanto na estadual ou federal. Entretendo, apesar dos inúmeros instrumentos legais cabíveis ao Estado para promover um ambiente mais justo e democrático, ao longo de décadas diferentes governos foram estabelecidos e observa-se que somente mediante a pressões de movimentos, sociais e/ou entidades externas foram pensadas e executadas medidas, como políticas sociais, ou seja, “ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico”, segundo Höfling (2001, p. 31).

Além de ordenar o espaço urbano de São Luís através das políticas de zoneamento e do próprio plano diretor, o município e o governo do estado agem no território por meio de políticas públicas e projetos. Dentre esses, há aqueles que visam a “revitalização” dos espaços do centro antigo como, por exemplo, o Programa Nosso Centro.

É comum que projetos como esse gerem grandes mudanças no território e na vida da população local, por ter grande possibilidade de se configurar como um agravante de desigualdades e gerador de segregação socioespacial. Muitas vezes os projetos de “revitalização” e a reestruturação do espaço urbano se caracteriza por ser um processo “higienizador”. Durante esse estudo foi possível observar indícios de mudanças com essas características ocorrendo no espaço a partir de elementos materiais, como novos estabelecimentos que atendem a um perfil social que não é aquele das população que moram ou mantêm uma relação de topofilia com os bairros. Essas mudanças podem aos poucos fazer os espaços do centro perderem as características e condições que permitiram, durante anos, a vivência das camadas populares ali, dando lugar novamente às camadas elitizadas da cidade.

Nesse sentido, o capital se configura como um importante agente de modificação

dos bairros, pois por meio da especulação, de investimentos e também em ações conjuntas com o Estado, tem grande força de apropriação dos espaços o que leva a implementação de usos que se contrapõe aos usos dados pela população local.

Portanto, a partir da (re) descoberta das potencialidades do patrimônio arquitetônico e histórico desses bairros tanto o Estado quanto o capital buscam através de projetos de “revitalização” e reestruturação dar ao território usos ligados a mercantilização dos espaços, seja pela venda turística de suas paisagens, seja pelo fomento do comércio local, pois, como aponta Silva (2010, p. 15-16)

O centro antigo é, sem dúvida, muito importante porque dispõe de recursos suficientes para impulsionar uma política cultural, e porque, na imediata ordem neoliberal, as suas configurações requerem uma profunda transformação urbana e da própria função. Neste sentido, passa a ser alvo de mudanças, tendo seus elementos constituintes elevados à categoria patrimônio, incorporados à vida contemporânea e convertidos em lugar- atração, embora sejam registrados vários problemas em decorrência do processo anterior de suburbanização, incentivada pelo poder público e com benefícios econômicos para o setor privado.

Entretendo, as camadas populares, desde o esvaziamento do centro pela classe dominante no início do século XX, ocupam os bairros históricos, dando a eles usos e significados próprios, pois “ao construir o lugar os sujeitos sociais definem, através de socializações, formas de apropriação do espaço, o qual é base para suas relações.” (FERREIRA E FREITAS, 2014).

Em conversa com moradores desses bairros nota-se que essas práticas e relações desenvolvidas no lugar onde vivem são muito importantes, pois a partir delas são estabelecidos laços de confiança, amizade, solidariedade e respeito apesar de algumas diferenças entre os moradores. Portanto o território é construído no cotidiano com o tempo e não de maneira instantânea. A produção e os usos do espaço na dimensão física e simbólica se dão de forma progressiva e coletivamente.

Pelo longo espaço de tempo que vive na área a população já possui certa organização que consegue garantir a permanência no território. O uso e apropriação conferida aos casarões, praças e ruas, pelos moradores, não se embasam em uma lógica mercantil. Para os moradores o Centro histórico é sinônimo de lar e de vida cotidiana, com observa-se nas ocupações urbanas e nas vizinhanças de residências convencionais, já para os grupos ou “tribos” que frequentam as praças, bares e ruas do centro, esse espaço é um lugar de encontro e vivência.

2.2 AÇÃO DO ESTADO E IMPACTO NA VIDA DAS COMUNIDADES DO CENTR

O atual cenário habitacional do Desterro e da Praia Grande apresenta-se como resultado da falta de planejamento estatal e de políticas públicas voltadas para atender as demandas por moradia da população pobre que reside no centro, há décadas. Durante revisão bibliográfica e também durante entrevistas com os moradores percebemos que o Centro histórico passou por alguns projetos de “revitalização”, que buscavam a preservação da área tombada e o incentivo ao turismo e comércio. A questão habitacional nunca esteve no âmago das discussões sobre Centro. As políticas que contemplavam os bairros não possuíam caráter participativo, segundo a liderança da associação de moradores, a comunidade não era convidada a participar das decisões sobre seus bairros.

Desde a década de 1930 o Desterro e a Praia Grande assistem ações estatais verticalizadas. Na primeira metade do século XX, parte desses bairro foi legalizadas pelo governo como zona de prostituição, isso gerou uma secreção socioespacial afastando uma parcela da população do local gerando uma situação de vulnerabilidade social. A área foi estigmatizada e, posteriormente, passou a ser habitada pelas camadas pobres da cidade. dia te disso, os problemas sociais herdados não reberiam assistência estatal adequada. Nessa época já havia ocupações irregulares de casarões, estes eram usados como cortiços e pensões para atender a demanda por moradia de trabalhadores pobres ou desempregados que não possuíam condições para prover uma moradia própria ou alugada. Havia também ocupações que serviam de boates, além de pequenos comércios que atendiam a população local (LOPES, 2008).

Já nas décadas de 1960 a 1990, aconteceram ações governamentais em prol da preservação patrimonial arquitetônico, houve em 1968 o tombamento estadual e, em 1974, houve tombamento federal pelo IPHAN, por seu conjunto arquitetônico e paisagístico dos séculos XVIII e XIX (IPHAN, 2014). Já, em 1997, aconteceu o reconhecimento do centro antigo da cidade como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO, “por aportar o testemunho de uma tradição cultural rica e diversificada, além de constituir um excepcional exemplo de cidade colonial portuguesa, com traçado preservado e conjunto arquitetônico representativo” (IPHAN, 2014). Segundo moradores todas essas ações não aconteceram mediante um processo participativo com população do centro.

quando houve essa mudança pra Centro Histórico Patrimônio da Humanidade, ninguém pensou no patrimônio humano vivo que tava aqui, não foi pensado. Tanto que, assim, ninguém, nenhuma família, eu tenho certeza, que nenhuma família foi convidada a pelo menos discutir o que achava que tinha que... pelo menos pra aplaudir, dizer “olha já tá feito, já tá feito, mas as pessoas que moram aqui, elas têm prioridade (DEJESUS,2019).

Esse processo de patrimonialização que incluiu os bairros da Praia Grande e do

Desterro, por não ter sido conversado com a comunidade, a fim de se entender quais demandas populares deveriam ser supridas para que esse processo não causasse resultados negativos tanto para a população quanto para o próprio Estado, ocasionou certa perturbação ao modo como a comunidade vivia, como pode ser percebido de dona Dejesús

quando a gente ganhou o “patrimônio”, o título, a gente ganhou muitas outras coisas, a gente ganhou título, mas a gente ganhou também muitas coisas que não eram, que não são boas pra nós, né?! A gente ganhou, é... uma enxurrada de gente que quis se apropriar das coisas, a gente ganhou um outro comércio diferenciado que não era nosso, a gente viu muita gente ir embora porque os casarões começaram a desabar e as pessoas tiveram que mudar (DEJÉSUS,2019).

No final da década de 1980, foi criado o Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís (PPRCH/SL). No texto do programa havia descrito seus objetivos e, dentre estes, lia-se que o programa visava proporcionar a manutenção do uso residencial nas áreas do Centro Histórico e intensificar as ações de assistência e promoção social, priorizando ações de incentivo a geração de emprego e renda além de apoiar a instalação de centros profissionalizantes. Por falta de verba o projeto foi paralisado em 1983, sendo retomado em 1987 com o nome de Projeto Reviver. (CARVALHO e SIMÕES, 2012). Contudo, ao conversar com a comunidade dos bairros, nota-se que esses objetivos não foram concretizados em sua plenitude. A respeito do caráter habitacional do centro, as políticas implantadas de fato não atendiam a população pioneira da área e tão pouco as classes menos favorecidas. Durante entrevistas foi exemplificado que o Estado favoreceu o destino de Habitações de Interesse Social para servidores públicos e pessoas que já possuíam moradias fixas e regulamentadas.

Aconteceu no outro da Travessa Humberto de Campos de 18 apartamentos, que acabou que pessoas que estavam aqui, que habitavam, que tem família ficaram do lado de fora e pessoas que não tinham necessidade foram beneficiados [...] tinha gente que tinha apartamento ganhou mais um, tinha gente que tinha casa ganhou mais um, em compensação a gente conhece pessoas lá que ganharam o apartamento e até hoje tá fechado (DEJÉSUS, 2019).

Quanto à geração de renda, foi outro objetivo não alcançado. Há uma boa parcela da população que se encontra desempregada ou em atividades informais. No recorte das ocupações urbanas a porcentagem aumenta, uma vez que se encontram em um quadro de vulnerabilidade social mais preocupante. Segundo a associação de moradores, “algumas pessoas trabalham, algumas pessoas não têm trabalho e até por isso que a gente prioriza muito que fiquem nessa ocupação, porque tem pessoas que não trabalham realmente.”

O Projeto Reviver acabou priorizando o setor comercial e turístico. Houve grandes investimentos para reestruturação e preservação arquitetônica e incentivo no setor do

comércio varejista, especialmente de gêneros alimentícios regionais, artesanato e das atividades relacionadas ao turismo cultural. Nesse sentido, mais uma vez as ações do estado foram caracterizadas por sua verticalidade, apesar do texto do projeto apresentar objetivos participativos claros como a contribuição para o “incremento do associativismo e consolidação das entidades de classe, de forma a garantir uma participação efetiva da comunidade no processo de preservação e revitalização do Centro Histórico” (SILVA, 1997).

A população dos bairros do centro mais uma vez está assistindo o desenrolar de um projeto governamental que visa novamente “revitalizar” e reestruturar o espaço do Centro Histórico. O Programa Nosso Centro, que segundo o Governo do Estado objetiva transformar o Centro Histórico de São Luís referência em renovação e desenvolvimento sustentável, conservando sua história e cultura, além de promover o centro da cidade como um espaço democrático. Esse programa se divide em cinco polos de atuação, intitulado pelo governo como polos vocacionais, são estes: o polo habitacional, o polo tecnológico, o polo cultural, turístico e de lazer, o polo comercial e gastronômico e o polo institucional

As principais estratégias apresentadas para o êxito do programa foram a integração entre os polos vocacionais supracitados com finalidade de diminuir os vazios urbanos e atrair captação de investimentos de diferentes setores para a área e articular parcerias com a iniciativa privada, a sociedade civil e com órgãos públicos federais e municipais.

No setor habitacional o projeto prevê a ocupação sustentável dos bairros, a partir da instalação de novas moradias na área além da permanência das antigas moradias e melhoria das condições de habitabilidade do Centro. Entretanto, o projeto que já está em andamento nunca foi debatido com a população, segundo a união de moradores.

Acho que o programa “Nosso Centro” ele precisou de... aquilo que eu digo pra vocês: é tudo aquilo que você apronta e joga. Isso é insuportável. Porque como eu falo pra vocês, nós somos uma comunidade, [...] tem muita gente que queria discutir “o que que a gente quer pro Nosso Centro?” “Nossos Centro” é um programa? é, mas e aí? Não foi discutido com a comunidade (DEJÉSUS, 2019)

Dentro da proposta habitacional do projeto, observa-se que grande parte das obras de Habitação de Interesse Social são voltados para atender os servidores públicos, inclusive imóveis pleiteados pela Associação de Moradores da Praia grande, Desterro e Portinho. Ao todo são nove imóveis destinados aos funcionários públicos, estudantes e trabalhadores do Centro (Figura 2 e 3) e dois sem especificação a quem vão atender (Figura 4). Não existe nenhum imóvel destinado de forma clara para a população das ocupações urbanas que há anos reivindicam por sua regulamentação. (MARANHÃO, 2019).



Figura 2 - Imóveis a serem reformados para habitação de servidores públicos, estudantes e trabalhadores do Centro.

Fonte: Maranhão, 2019.



Figura 3 - Imóveis a serem reformados para habitação de servidores públicos, estudantes e trabalhadores do Centro.

Fonte: Maranhão, 2019.



Figura 4 - Imóveis a serem reformados para Habitação de Interesse social.

Fonte: Maranhão, 2019.

Para além desses projetos, está em curso obras de reformas de prédios que serão

destinados à população de baixa renda residentes do Centro, pela PAC Cidades Históricas⁴. De acordo com a Associação de Moradores mais de vinte famílias estão na expectativa de serem contempladas com uma habitação. Essas estão cadastradas desde 2009 e foram recadastradas em 2013. Apesar da PAC está destinando recursos para a reforma de prédios pleiteados para moradia social a comunidade se mostram insegura quanto ao destino desses prédios. Para a Associação de Moradores o PAC Cidade Históricas não discute a questão habitacional, assim como o estado e o município, pois o governo não se mostra interessado em discutir e desenvolver ações no âmbito social que não traz um retorno a curto prazo do ponto de vista financeiro.

Dentro do Programa Nosso Centro, existe o Programa Adote um Casarão implementado a partir da medida provisória de nº 262 de 14 de dezembro de 2017, como um Programa Estadual que visa à restauração e a ocupação dos imóveis ociosos de propriedade do Governo do Estado localizados no Centro Histórico de São Luís, objetivando, segundo o art. 2º desta

- I - Promover a recuperação física do patrimônio imóvel de cunho histórico-cultural pertencente ao Governo do Estado;
- II - Preencher vazios urbanos no Centro Histórico de São Luís e satisfazer a função social da propriedade, de acordo com as diretrizes nacionais de ocupação urbana;
- III - Impulsionar o desenvolvimento sustentável e socialmente inclusivo do Centro Histórico de São Luís;
- IV - Valorizar o patrimônio histórico e a cultura maranhense;
- V - Incentivar o comércio local, principalmente as atividades voltadas ao turismo e à cultura local;
- VI - Conferir visibilidade turística ao Centro Histórico de São Luís.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, notamos que esse programa visa atender principalmente às atividades de caráter mercantil e que a função social da propriedade prevista na MP não tem intenção de atender aos interesses sociais e coletivos mas sim, aos interesses privados de um grupo seletivo que se enquadra nos requisitos apresentados no edital e condições financeiras para “adotar um casarão.” Esse programa não contempla as demandas por habitação do centro, o que demonstra a falta de interesse do Estado em promover programas e projetos que solucionem essa questão.

“No Adote um Casarão, tu vai entender que não tem nenhum adote um casarão pra habitação, porque habitação no centro histórico não traz retorno pra ninguém. Tu só vai falar de social, e falar de social é só falar boca a boca, mas ação, aquilo que é o que o social faz, a gente não tem. Então assim, não é bom

⁴ “Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), iniciado em 2007, é uma iniciativa do governo federal coordenada pelo Ministério do Planejamento que promoveu a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do Brasil. Em 2013, de forma até então inédita na história das políticas de preservação, o Ministério do Planejamento autorizou a criação de uma linha destinada exclusivamente aos sítios históricos urbanos protegidos pelo Iphan, dando origem ao PAC Cidades Históricas.” (IPHAN, 2014).

pro governo porque não traz pra eles nada de retorno, porque eu vou pegar 15 famílias que não tem emprego que eu ainda vou ser obrigado a sustentar algumas coisas tipo água, tipo luz até um tempo, até eles se adequarem lá, pra eu poder garantir um social, então isso não é bom pra nenhum governo, quer dizer, seria bom se os governos tivesse algum pensamento que né, se eles pensassem que o pobre, que eles colocam em uma casa num apartamento, vai votar pra ele em uma próxima eleição” (DEJÉSUS, 2019)

2.3 UNIÃO DE MORADORES: UMA ENTIDADE POLÍTICA DE ARTICULAÇÃO

“no contexto da urbanização mundial - e da formação das metrópoles contemporâneas – as cidades apresentam um modelo centro-periferia desigual, hierárquico, excludente e segregador. Ao contrário do que se supunha, o crescimento urbano agravou a pobreza e as desigualdades, com violações de direitos humanos, sociais e civis [...] as favelas e periferias metropolitanas são locais onde tais processos se manifestam com maior intensidade e onde, em contraponto, a população desenvolve práticas para a sobrevivência cotidiana e superação da ausência do Estado e de direitos.” (LIBÂNIO, 2018, p. 89)

Sabe-se que o período ditatorial do Brasil foi marcado por grandes investimentos no setor industrial e em infraestruturas urbanas, portanto, foi um período de crescimento considerável da população vivendo nas cidades, tanto pela oferta de empregos, ainda que precários, quanto pela idealização de prestígio em morar nas metrópoles, ou ainda, pela destruição do modo de vida camponês devido a implementação industrial no campo.

Nessa época a repressão aos movimentos sociais era muito forte. Mesmo diante disso, observou-se o surgimento de vários “movimentos espontâneos que, com apoio da Igreja Católica, de profissionais e entidades comprometidas ou de outros movimentos populares, se articularam no bairro, na favela e em determinadas regiões das cidades e lutaram por melhores condições de vida” - (RODRIGUES e BARBOSA, 2010, p. 23) -, já que, nessa época, observa-se o agravamento da problemática urbana resultado de um modo capitalista de produção do espaço urbano, como aponta Harvey (2012) existe uma relação estreita entre o desenvolvimento capitalista e o processo de urbanização.

No contexto de redemocratização do país, em meados da década de 1980, surgiram articulações políticas das camadas sociais mais baixas em prol de moradia que ganharam grande destaque no cenário nacional de lutas sociais, pois tinham um caráter de enfrentamento à problemática urbana, com ampla atuação tanto na reivindicação e criação de propostas junto ao poder público, quanto em ações diretas de ocupações de imóveis, na resistência a despejos, reintegração de posse e na participação da formulação de novos programas habitacionais (RODRIGUES e BENEDITO. 2010).

Foi nesse cenário e com tais características que surgiu a União de Moradores que representa os bairros da Praia Grande, do Desterro e do Portinho, localizados no centro

antigo da cidade. Ou seja, essa entidade a mais de trinta anos luta pelo direito de morar no centro, local onde, já descrito neste trabalho, foi sendo ocupado de maneira espontânea pelas classes populares a partir do abandono dos casarões pela elite local.

Hoje, a União de Moradores é formada por doze membros e se reconhece enquanto entidade de articulação política e de representatividade, a partir de um recorte de classe, pois os moradores que são representados e que reconhecem a União como representante são aqueles das classes pobres que em seu cotidiano estabelecem brigas diretas e indiretas com o Estado e o capital, para manter a reprodução dos seus modos de vida no território.

Durante os seus trinta anos de atuação, a União de Moradores já desenvolveu atividades em diversas frentes, sendo hoje, sua principal reivindicação o acesso à moradia de qualidade para a população local e participação popular nas decisões sobre e para Centro, tendo em vista que nos últimos anos os bairros centrais da cidade de São Luís vêm passando por um intenso processo de transformação visando a “revitalização” desses espaços mediante a projetos estatais que reestruturam o espaço, cedendo áreas de expansão para o capital no centro urbano da cidade.

Os projetos em andamento são vistos por alguns moradores como uma ameaça, sobretudo para aqueles que moram em ocupações, pois por via de regra projetos de reestruturação e revitalização territorial possuem caráter segregador e “higienizador”, uma vez que em seu percurso acaba afastando as populações pobres dos espaços reestruturados, obrigando-a - seja por ações diretas, como deslocamento compulsório, ou por ações indiretas de gentrificação que transformam o território impossibilitando a reprodução social desses grupos - a se deslocarem para outras áreas, geralmente distante dos aparatos necessários à vida urbana.

Levando em conta as características de formação dos bairros estudados, é notório que os moradores que não possuem a regulamentação de suas residências encontram-se em uma situação mais delicada, pois, se houver a concretização desses projetos, sem que o Estado pense e efetive soluções para a problemática de déficit habitacional no centro da cidade, muitos destes podem perder o direito de morar no centro ou mesmo ter seus modos de vidas prejudicados. Diante disso, a União de Moradores atua na luta pela regulamentação dessas ocupações. Para a liderança da comunidade é fundamental a garantia de permanência no centro, já que existem pessoas que residem ali há cerca de 30, 40 e até 50 anos e que sempre estiveram na luta por moradia digna no Centro, portanto, é em prol desses que a Associação reivindica a garantia do direito à moradia.

Durante a pesquisa participamos de uma reunião entre moradores da ocupação

Magalhães de Almeida, a Associação dos bairros do Desterro e da Praia Grande, a SECID, a Defensoria Pública e alguns pesquisadores. Essa ocupação não se encontra nos bairros estudados, mas recebe o apoio da associação, por se localizar no Centro bem próximo ao Desterro, na Avenida Magalhães de Almeida e por enfrentar problemas similares aos das ocupações que se localizam no recorte espacial desta pesquisa. A exemplo dessa similaridade nota-se que a ocupação é multifamiliar (formada por quatorz famílias, muitas destas possuem crianças e, na data da visita, notamos que as estruturas do prédio não atendiam às suas necessidades). Ademais, o sistema de água e esgoto do prédio é precário e a iluminação irregular advinda de uma ligação feita pelos próprios moradores, que relataram já ter solicitado junto ao poder público a ligação legal de eletricidade, porém a reivindicação feita por eles não havia sido atendida. O prédio não apresentava na data da visita condições mínimas para habitabilidade e, além dos problemas descritos, a ventilação era mínima e havia algumas infiltrações e vazamento de água.

O objetivo da reunião citada foi o diálogo entre o Estado e os moradores para mediar possível reforma do prédio e sua legalização enquanto moradia social. Nesse processo percebeu-se a importância da União de Moradores na mediação do diálogo entre os moradores e o governo. Além disso, tomamos conhecimento de que a reunião foi resultado da insistência da entidade de representação dos moradores junto a moradores da ocupação que em audiências públicas pressionaram o governo para que fossem tomadas providências quanto a situação de vulnerabilidade das famílias.

Durante a reunião, os moradores expuseram suas demandas primárias e o interesse deles por permanecer no Centro. As falas, nesse sentido, foram em contraproposta a ideias da Secretaria das Cidades de remanejá-los para apartamentos em outra localidade. E dessa forma foi informado que o prédio seria inseridos no programa do governo Habitar no Centro que, segundo a página da SECID, é uma iniciativa do Governo do Estado para “criar condições que resultem na requalificação de imóveis ociosos e degradados, para uso habitacional”.

Outras ocupações também estão incluídas nesse projeto, como a Ocupação do canto da Estrela localizada no bairro do Desterro. O perfil socioeconômico dessa ocupação é de famílias jovens, sendo a maior idade dentre os moradores cinquenta anos, e grande parte deles encontra-se desempregados, sendo seus sustentos advindos de atividades informais. De acordo com a União de Moradores

as pessoas que estão nas ocupações são jovens, existem pessoas que vivem de “bico”, que na verdade faz esse trabalho sem ligação com carteira assinada, faz só o “bico”[...] algumas pessoas trabalham, algumas pessoas não têm trabalho

e, até por isso que, a gente prioriza muito que fiquem nessa ocupação [...]eu tenho um cuidado que nas ocupações a gente precisa ter o perfil, realmente. Porque quando você fala de ocupação é porque você realmente tá precisando (JESUS, 2019).

O olhar da União de Moradores sobre a questão habitacional é sensível à outras áreas, segundo a vice presidente para “pensar em habitação eu tenho que pensar em educação, tenho que pensar na saúde, pensar na geração de renda e nessa troca também de figuras saindo de um baixo pra um que a gente chama de “um pouquinho mais” que não é alto.” Ou seja, a luta por moradia se concretiza de fato em uma luta pelo bairro. A residência, o lar é apenas uma parte do bairro, que compreende outras estruturas fundamentais para atender de maneira plena as necessidades dos seus moradores.

Entretanto, além das estruturas básicas necessárias para a reprodução da vida urbana nos bairros - que devem ser oferecida pelo Estado -, vê-se que o cotidiano dos moradores é formado por relações pessoais e de vizinhança, ligadas diretamente às forma de organização territorial, convívio e ao sentido que eles dão ao território a partir de suas práticas, sendo assim, “O lugar do cotidiano configura-se também como espaço de práticas políticas e culturais, ou seja, a população segregada socioespacialmente define seus territórios, impondo sobre eles seus modos de vida e é neles onde estão implantadas suas histórias de vida e sua identidade” (FREITAS e FERREIRA, 2011, s/p.).

Ressaltamos que apesar da União de moradores desempenhar papel importante nas lutas pela garantia de direitos, esta não se limita a isso. Durante a conversa que tivemos, notamos que a União de Moradores busca desenvolver projetos e atividades de caráter educacional - como seminários sobre diversos temas -, de lazer e de integração da comunidade - como a “festa do natal”. A união de Moradores busca está em constante diálogo com a comunidade a partir de reuniões mensais, onde são debatidas as demandas e projetos.

Existem inúmeras ocupações de prédios no centro antigo de São Luís, mas nem todas estão vinculadas a ações desenvolvidas ou apoiadas pela União de Moradores. Isso estabelece uma diferença fundamental entre elas, pois, as que contam com o apoio da União de Moradores, são vistas de maneira diferenciada pelo governo e tem um diálogo bem maior com as instâncias legais na busca por regulamentação, visto que essa organização política da uma maior visibilidade às ocupações e, como têm um organização politizada, conseguem criar certas estratégias que de residência quanto as ações de coação do Estado.

A união de moradores atualmente responde e apoia três ocupações: a ocupação do

Canto da Estrela, a ocupação Maria Aragão e a Ocupação Magalhães de Almeida, destas apenas a ocupação do Canto da Estrela se localiza na delimitação estudada. Além dessas, a associação busca fiscalizar as obras de reforma de um casarão localizado na rua 28 de julho, no bairro do Desterro, que está sendo reformado pelo projeto PAC cidades históricas, para fim de habitação de interesse social.

A entidade possui documentado o cadastro das famílias que moram nessas ocupações para fim de garantir o beneficiamento de todas, pois durante a entrevista foi relatado que em projetos similares de regulamentação e reforma de casarões para moradia de interesse social a comunidade na fase final de entrega não foi beneficiada e os apartamentos foram destinados à servidores públicos, por esse motivo a Associação se preocupa e desempenha papel importantíssimo no acompanhamento dos trâmites.

3. O DIREITO À CIDADE: ALGUMAS QUESTÕES

Sabemos que as cidades capitalistas não são espaços democráticos. A produção do urbano acontece a partir de um planejamento estratégico (SANTOS, 1996) que gera espaços segregados. As avenidas principais, as linhas de ônibus, a iluminação pública, os mercados, as farmácias, as escolas, os hospitais, enfim, toda a infraestrutura urbana é pensada para atender primeiramente as necessidades das classes dominantes. As obras de infraestrutura que chegam às favelas e periferias são geralmente fruto de lutas, reivindicações ou denúncias.

Assim sendo, propomos aqui uma reflexão sobre o direito à cidade que, para nós, se fundamenta na possibilidade de uso e apropriação do solo urbano, democratização do acesso aos espaços públicos, viabilidade e mobilidade urbana e a participação efetiva nas decisões sobre e para a cidade. Para Amanajás e Klug (2018, p. 29)

O direito à cidade é um direito difuso e coletivo, de natureza indivisível, de que são titulares todos os habitantes da cidade, das gerações presentes e futuras. Direito de habitar, usar e participar da produção de cidades justas, inclusivas, democráticas e sustentáveis. A interpretação do direito à cidade deve ocorrer à luz da garantia e da promoção dos direitos humanos, compreendendo os direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais reconhecidos internacionalmente a todos.

Esse debate é proposto de maneira pioneira pelo filósofo e sociólogo Henri Lefebvre, em sua obra “O Direito à Cidade” de 1968, na qual propõe uma discussão sobre a construção social do espaço urbano, a partir da ideia de que o urbano pode se estruturar de outra maneira que não a estabelecida nas sociedades capitalistas.

Ele aponta que a problemática urbana tem seu ponto de partida no processo de

industrialização que caracteriza a sociedade moderna, porém não como algo natural, nem como se a existência da cidade fosse condicionada a esse processo. Destaca que a cidade preexiste à industrialização e que há outras possibilidades mais justas de produzir o espaço urbano, atendendo, de fato, as necessidades antropológicas de seus moradores. (LEFEBVRE 1968)

A cidade, para Lefebvre, era o local do *habitat*, onde a participação de uma vida em comunidade era o elemento central. Porém, com a metamorfose das formas, funções e estruturas da cidade, para atender as necessidades individuais da sociedade burocrática de consumo dirigido, as carências sociais ou antropológicas - que se opõem, ao mesmo passo que se complementam às necessidades individuais - são alienadas, “ a noção de *habitat* se perde, a cidade é suburbanizada e o proletariado é afastado da cidade” (SANCHES, 2017, p. 319).

Nesse processo vê-se o cerceamento do direito à cidade, que hoje acontece, sobretudo, nas grandes metrópoles devido ao seu caráter segregador, sendo assim, as diferentes classes sociais têm diferentes acessos, encontros e possibilidades de vida urbana. Para Santos (1987), a segregação é um fenômeno que limita a experiência urbana, já que, os recursos não são iguais para as diferentes classes sociais, pois, existem pessoas que podem utilizar a metrópole como um todo, enquanto outras limitam-se aos seus recursos.

Visto que a cidade é uma obra social, um espaço historicamente construído pela coletivamente, tanto se tratando dos espaços físicos propriamente ditos, mas também e principalmente se tratando da construção simbólica do território que possui um valor de uso, a limitação da vivência urbana se constitui como negação do direito de apropriação da obra coletiva que é a cidade.

Sanches (2017) ao analisar a obra de Lefebvre de 1968, aponta que o direito à cidade “congrega em si o direito à liberdade, à individualização na socialização, o direito ao *habitat* e ao habitar, o direito a participar da construção da cidade, bem como o direito de apropriação do produto construído”, contudo, esse direito

tem sido, ao longo do desenvolvimento do capitalismo urbano-industrial, cotidianamente furtado às populações das metrópoles, especialmente àquelas residentes nas periferias, favelas e ocupações urbanas. O fenômeno da segregação socioespacial pode ser visto como condicionado pelas - e também como condicionante das - diversas desigualdades de acesso à cidade, inclusive os direitos à moradia, à cultura, à educação de qualidade, ao poder e à tomada de decisões, entre outros. (LIBÂNIO, 2018, p. 91).

Ou seja, o direito à cidade não está limitado a visitar ou a residir na cidade, esse

direito perpassa pelas condições necessárias para vivenciar o modo de vida urbana e agir sobre ele. O direito à educação, à cultura, à saúde à moradia, ao lazer, ao trabalho, e sobretudo à participação política fazem parte da vivência urbana. Segundo Harvey (2012, p. 74) “O direito à cidade está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade”. A negação disso é grave e gera inúmeras violências físicas e simbólicas à população.

Na esfera legal, o Brasil apresenta ferramentas muito boas que deveriam ser usadas pelo governo na garantia do direito à cidade. Temos o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001) que no art. 2º, incisos I e II, dispõem sobre o direito às cidades sustentáveis. A própria Constituição Federal se configura como ferramenta de garantia desse direito quando no capítulo II do Título VII, que trata da Política Urbana, instituindo que a cidade possui funções sociais e que a política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal tem que garantir o bem-estar das pessoas que vivem nela. Como apontado por Amanajás e Klug (2018)

“O direito à cidade, além da sua proteção no Estatuto da Cidade, tem referência em documentos produzidos em fóruns internacionais da sociedade, como a Carta Mundial pelo Direito à Cidade (Fórum Social Mundial Policêntrico, 2006), a Carta- Agenda pelos Direitos Humanos nas Cidades (CGLU-2009), a Carta da Cidade do México pelo Direito à Cidade (2009), a Carta do Rio de Janeiro sobre o Direito à Cidade (2010), entre outros [contudo] no Brasil, o reconhecimento legal e institucional do direito à cidade contrasta com a realidade urbana cotidiana de negação de direitos; em especial, aos “invisíveis” ao processo de planejamento e produção do espaço urbano.”

Nos bairros estudados, constatamos o descaso estatal quanto a garantia dos direitos básicos dos moradores. Existe um quantitativo significativo de crianças e jovens em idade escolar, mas não se observa escola de nível básico nas redondezas. Não há posto de saúde, tão pouco áreas destinadas ao lazer. A segurança é precária, apesar desses bairros contarem com expressivo número de policiais e viaturas, por serem “turísticos”. E, sobretudo, não há garantia habitacional para todos que compõem os bairros.

O Estado age nos bairros de forma arbitrária, os moradores não são convidados a participar das discussões sobre as políticas públicas a serem implementadas em seus territórios e como aponta Harvey (2012, p. 74) “A liberdade de construir e reconstruir a cidade e a nós mesmos é [...] um dos mais preciosos e negligenciados direitos humanos”.. Quando conversamos com a comunidade isso fica claro. Uma moradora falando sobre o processo de patrimonialização do Centro expõe que

quando houve essa mudança [...] pra Centro Histórico, Patrimônio da Humanidade, ninguém pensou no patrimônio humano vivo que tava aqui, não foi pensado. Tanto que, assim, ninguém, nenhuma família, eu tenho certeza, que

nenhuma família foi convidada a pelo menos discutir o que achava que tinha que... pelo menos pra aplaudir, dizer “olha já tá feito, já tá feito, mas as pessoas que moram aqui, elas têm prioridade.” E não foi feito isso, nunca consultaram isso [...] se eu vou fazer uma ação na minha comunidade eu tenho o dever de passar pra minha comunidade o que eu vou fazer. Pelo menos pra ver se metade aprova, porque não ia deixar de acontecer. mas pelo menos a gente tem direito de discutir [...] a gente só constrói, coisas boas, discutido o que tá errado, né?! então eu acho que o governo não fez caso

Desse modo, as ações coletivas e a mobilização política dos moradores em prol da garantia do direito à cidade são uma estratégia válida. Líbano (2018) *Apud* IMJA (2017) aponta as “periferias metropolitanas como locais de reinvenção da cidade, em função de sua potência e da construção de soluções autônomas que contribuem para gerar resiliência, capacidade fundamental para a transformação dos quadros de desigualdade”.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão habitacional no Brasil ainda não é uma problemática superada, constatamos durante os levantamentos bibliográficos que em 2008 o déficit de habitação superou ordem de 5,5 milhões de unidades, correspondendo a uma carência de moradia para 4,6 milhões de famílias só em áreas urbanas (PEHIS MA, 2012). Esse fato é resultado de longos anos de passividade do Estado em pensar e gerir o espaço urbano para atender as demandas sociais oriundas do processo de industrialização que acelerou e moldou a urbanização nas sociedades capitalistas, como apontam Lefebvre (1968) e Marguti (2016).

O Estado brasileiro não demonstra interesse em democratizar o acesso às cidades e em garantir o direito à moradia, sendo assim, as profundas desigualdades e contradições urbanas, que geram espaços segregados, são resultados de um planejamento estratégico. SANTOS (1996), DINIZ (2017). Na dimensão espacial do bairro, isso pode ser observado de maneira clara, pois é nessa escala que os dados sobre questão habitacional deixam de ser vistos como meros números estatísticos e passam a ser situações vividas. Diante disso, verificamos que as camadas populares da sociedade procuram soluções a partir de ações espontâneas na busca de um lar, ou, numa forma de organização política de reivindicação, Rodrigues e Benedito (2010).

Durante o desenvolvimento dessa pesquisa constatamos que nos bairros da Praia Grande e Desterro o déficit habitacional é expressivo e materializa-se nas ocupações urbanas, nos barracos improvisados e na quantidade cada vez maior de pessoas em situação de rua perambulando pelo centro. Essa situação é grave e precisa de atenção do Estado, pois o direito à moradia se caracteriza como direito fundamental e está imbricado a outros direitos.

Sabe-se que do ponto de vista legal o Estado conta com instrumentos eficientes para desenvolver políticas que solucionem ou diminuam o problema da falta de moradia. A Constituição Federal, o Estatuto da Cidade, o Plano Diretor Municipal são alguns exemplos desses instrumentos legais que se forem cumpridos diminuiriam consideravelmente o déficit de habitacional no âmbito nacional.

Os documentos Federais que regem o uso do solo urbano, como o Estatuto da Cidade, tratam de maneira muito positiva sobre os direitos fundamentais da população das cidades, o que falta para a garantia desses direitos é a vontade e responsabilidade política de fazê-los cumprir. Não existem mecanismos de fiscalização, por exemplo, do cumprimento da função social da propriedade privada, ou se existe se mostra ineficiente. Assim como não há um órgão que de maneira efetiva cobre do governo a provisão de moradia para a população pobre que vivem nas cidades. O Município, muitas vezes ignora sua função em atuar nessa questão, enquanto ente federativo apto para ordenar o espaço urbano.

Enfim, quanto às ferramentas legais, a atuação popular conseguiu exercer certa pressão no período de redemocratização do país e de formulação da Constituição que resultou em boas leis de regulamentação e gestão das cidades. Os direitos sociais também possuem grande importância na caminhada por cidades justas e democráticas, porém a partir dos estudos feitos percebemos a carência quando execução das leis e na criação de projetos e políticas públicas voltadas para a garantia do amplo rol de direitos que configuram o direito à cidade.

Apesar disso, observamos que existem lutas ativas na reivindicação da garantia do direito de residir, transitar e ocupar as cidades, nas diversas escalas. Nesta pesquisa dedicamo-nos a investigar a importância da mobilização política no nível do bairro na luta por esses direitos. Constatamos que a União de Moradores do Desterro e da Praia Grande é uma entidade política de representação, que atua num recorte de classe, fundamental no contexto habitacional. Essa entidade atua há mais de trinta anos em mediações com o governo e em ações autônomas que visam a melhoria para a comunidade, atualmente tendo como principal pauta a luta pela regularização das ocupações urbanas e a entrega das obras de habitação social para as famílias cadastradas a uma década.

Notamos ainda que além do estado e da população local o território conta com outro agente que atua de maneira antagônica aos interesses populares, e conta com incentivo e apoio do Estado, sendo este, o capital que se configura por empresários às vezes ligados a políticos, que atribuem ao espaço urbano valor de troca, transformando o

solo e as estruturas urbanas em mercadorias a fim de garantir para si a mais valia retirada desses.

O Estado como apontado durante este trabalho age de maneira a beneficiar o capital em detrimento à população. As políticas públicas, as infraestruturas urbanas e bens naturais da cidade estão a serviço das demandas das classes dominantes. A exemplo disso, tem-se o Programa Nosso Centro, desenvolvido pelo Governo do Estado em parceria com o privado que aos poucos tem transformado o espaço urbano do Centros Histórico em um espaço gentrificado. E que mesmo diante do déficit habitacional na área do centro, não destina de maneira clara e assegurada, espaços para a população que vive no centro há décadas de maneira não regular e com baixas condições de habitabilidade. Em contraponto a isso oferece no plano do projeto nove imóveis para moradia de funcionários públicos (MARANHÃO, 2019).

Portanto, ao cabo deste trabalho destacamos que as reflexões sobre a temática, bem como o recorte espacial escolhido, não se esgotam. Traçamos considerações preliminares a fim de propor uma reflexão quanto a essa questão que se constitui como principal problema urbano das sociedades capitalista. Pretendemos dar continuidade a esse estudo com finalidade de contribuir no avanço do pensamento geográfico urbano e de propor reflexões que possam ajudar a pensarmos numa possibilidade de cidades mais justas e democráticas.

REFERÊNCIAS

- AMANAJÁS, Roberta e KLUG, Letícia. Direito à cidade para todos e estrutura sociocultural urbana. In: COSTA, Marco Aurélio; MAGALHÃES, Marcos Thadeu Queiroz; FAVARÃO, Cesar Buno. **A nova agenda urbana e o Brasil: insumos para sua construção e desafios a sua implementação**. Brasília: IPEA, p. 29- 44, 2018. ISBN 978-85-7811-325-4.
- AZEVEDO, Marlice Nazareth Soares de; FREITAS, José Francisco Bernardino. **O SEMINÁRIO DE HABITAÇÃO E REFORMA URBANA: ANTECEDENTES DE UMA POLÍTICA PARA HABITAÇÃO POPULAR**. Urbana: Rev. Eletrônica Cent. Interdiscip. Estud. Cid, CIEC/UNICAMP. São Paulo, v. 6, ed. 8, p. 758-775, jun 2014.
- RODRIGUES, Evaniza e BARBOSA, Benedito Roberto. Mobilização populares e o Estatuto de Cidade. In: **O Estatuto da Cidade: comentado/** (Orgs.) Celso Santos Carvalho, Ana Claudia Rossbach. – São Paulo: Ministério das Cidades: Aliança das Cidades, p. 23-34, 2010.
- BEZERRA, Josué Alencar. **COMO DEFINIR O BAIRRO? UMA BREVE REVISÃO**. Revista Geo Temas. UFRN. Rio Grande do Norte, v. 1, ed. 1, p. 21-31, jan/jun 2011. Disponível em: <http://periodicos.uern.br/index.php/geotemas>. Acesso em: 1 jan. 2020.
- Brasil. **Estatuto da Cidade**. – 3. ed. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008. 102 p.
- CARVALHO, Karoliny Diniz; SIMÕES, Maria de Lourdes Netto. **ANÁLISE DO MODELO DE PRESERVAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS DO MARANHÃO: uso social e uso turístico**. Revista Turismo Visão e Ação, UNIVALI. Santa Catarina, ano 2012, v. 14, ed. 2, p. 196-213, maio/agosto 2012. Disponível em: www.univali.br/revistaturismo. Acesso em: 1 jan. 2020.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade**. São Paulo: FFLCH, 2007, 123p.
- BALBIM, Renato; A nova agenda urbana e a geopolítica das cidades. In: COSTA, Marco Aurélio; MAGALHÃES, Marcos Thadeu Queiroz; FAVARÃO, Cesar Buno. **A nova**

agenda urbana e o Brasil: insumos para sua construção e desafios a sua implementação. Brasília: IPEA, p. 13-28, 2018. ISBN 978-85-7811-325-4.

CHAVES, César Roberto Castro. **EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO BAIRRO DO DESTERRO: Estudos sobre os projetos de patrimonialização no Centro Histórico de São Luís – MA. 2012.** 129 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2012. Disponível em tede.ufma.br/jspui/handle/tede/tede/30. Acesso em: 01 jan. 2020.

DINIZ, Juarez Soares. **As condições e contradições no espaço urbano de São Luís (MA): traços periféricos.** In: Temas da geografia do maranhão. 1ed.edufma: 2017, v. 1, p. 171 – 187

FERREIRA, Márcia Milena Galdez. **“Tudo é Desterro”?: construção e desconstrução de regiões no Centro Histórico de São Luís.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais).

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Maranhão–São Luís, 2005. 151 f.

FREITAS, Tânia Maria de; FERREIRA, Cleison Leite. **A produção do espaço urbano: formação de território e governança urbana, o caso da quadra 50 da cidade Gama - DF.** Anais II Circuito de Debates Acadêmicos – Conferência do Desenvolvimento. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília, 2011.

FUINI, Lucas Labigalini. A ABORDAGEM SOBRE O TERRITÓRIO EM AUTORES DA GEOGRAFIA BRASILEIRA: mutações de um conceito. GEOgraphia, Niterói, vol. 20, n. 42, p. 38-52, jan./abr, 2018.

GOVERNO DO MARANHÃO. Secretaria de Cidade e Desenvolvimento Urbano. **Programa Nosso Centro.** 2019. slide/fotografia.

HARVEY, David. The right to the city. New Left Review, n. 53, 2008. Traduzido por Jair Pinheiro. PUC-SP. Revista do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais. Lutas Sociais, São Paulo, n.29, p.73-89, jul./dez. 2012.

HOFLING, Eloisa De Mattos. **Estado e políticas (públicas) sociais.** Caderno CEDES. UNICAMP. São Paulo, 2001, vol.21, n.55, p.30-41.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). **PAC Cidades Históricas.** Ministério Do Turismo. Brasil, 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/>. Acesso em: 1 jan. 2020.

_____. **São Luís (MA)**. Ministério Do Turismo. Brasil, 2014.
Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/>. Acesso em: 1 jan. 2020.

LEFBVRE, Henri. *Le Droit à la Ville*. Traduzido por Eduardo Frias. São Paulo, Centauro Editora, 2001. p.143.

MARGUTI, Bárbara Oliveira; Política de Habitação. In: COSTA, Marco Aurélio; MAGALHÃES, Marcos Thadeu Queiroz; FAVARÃO, Cesar Buno. **A nova agenda urbana e o Brasil**: insumos para sua construção e desafios a sua implementação. Brasília: IPEA, p. 119- 133, 2018. ISBN 978-85-7811-325-4.

MARQUES, Matheus Andrade. **A produção capitalista do bairro: um exemplo a partir da Ponta d'Areia**. Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Maranhão, Curso de Geografia. São Luís, 2018. 54f.

MARICATO, Ermínia; O Estatuto da cidade periférica. In: **O Estatuto da Cidade: comentado/** (Orgs.) Celso Santos Carvalho, Ana Claudia Rossbach. – São Paulo: Ministério das Cidades: Aliança das Cidades, p. 5-22, 2010.

OLIVEIRA, Ariella Silva F. **Espaço público e Usos Culturais: A praça Nauro Machado**. Monografia (Graduação) - Curso de Geografia, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2019. p.101.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (Brasil). **DOSSIE UNESCO**: Proposta de Inclusão do Centro Histórico de São Luís na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO. [S. l.], 1997. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/>. Acesso em: 1 jan. 2020.

QUEIROZ, Thiago Augusto Nogueira de. **ESPAÇO GEOGRÁFICO, TERRITÓRIO USADO E LUGAR: ensaio sobre o pensamento de Milton Santos**. Para onde!?, UFRGS. Rio Grande do Sul, v. 9, ed. 1, p. 154-161, agosto-dezembro 2014. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/paraonde>. Acesso em: 31 dez. 2019.

PACHECO, João Batista. **O CONCEITO GEOGRÁFICO DE BAIRRO: uma aplicação à questão do Sítio Campinas/Basa e da Ilhinha**. Revista de Políticas Públicas, UFMA. Maranhão, ano 2001, v. 5, ed. 1.2, p.1-14, 2001. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/>. Acesso em: 31 dez. 2019.

PEREIRA, Elson Manoel. **A POLÍTICA URBANA BRASILEIRA E O IDEÁRIO CRÍTICO DA REFORMA URBANA INTRODUZIDO NA CONSTITUIÇÃO DE**

1988. Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito: Confluências, UFF. Rio de Janeiro, v. 20, ed. 2, p. 73-87, 2018. Disponível em: periodicos.uff.br/confluencias. Acesso em: 1 jan. 2020.

RIZZATTI, H. SILVA, A.M.B. **CIDADES E CONTRA-RACIONALIDADES: OCUPAÇÕES URBANAS EM CAMPINAS/SP (DO PARQUE OZIEL AO JARDIM CAMPO BELO).** Revista Ra'e Ga: o espaço geográfico em análise. UFPR, Curitiba. v.40, p. 211 -230, ago.2017. Disponível em: revistas.ufpr.br/raega/. Acesso em: 1 jan. 2020.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade.** 4ª reimpressão da 1ª ed. 1988. São Paulo: Brasiliense, 1995. 85 p.

SANCHES, Jussara Romero. **O direito à cidade.** Revista do Direito Público, Londrina, v. 12, n. 1, p.318-321, abr. 2017. DOI:10.5433/24122-107817-1X.2017v17n1p318. ISSN: 1980- 511X.

SANTOS, Luiz Eduardo Neves dos. **Estratégias do capital na produção do espaço urbano: o processo de verticalização e as desigualdades socioespaciais em São Luís, Maranhão.** Caderno de Geografia, PUC Minas. Minas Gerais, v. 25, ed. 44, p. 191-220, 2015. DOI doi.org/10.5752/P.2318-2962.2015v25n44p191. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/>. Acesso em: 1 jan. 2020.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** 4. ed. 2. reimpr.

- São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. O retorno do território. En: OSAL :Observatorio Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun.2005-). Buenos Aires : CLACSO, 2005.

LIBÂNIO, Clarice de Assis. Os papéis da cultura nas metrópoles contemporâneas. In: CONFLUÊNCIAS/Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito. Vol. 20, nº 2, pp. 88- 113, 2018.

LOPES, José Antônio Viana (Org.). **São Luís, Ilha do Maranhão e Alcântara: Guia de Arquitetura e Paisagem.** São Luís-Sevilla, 2008. 444p.

SILVA, Nathan Ferreira Da. **A AÇÃO DOS AGENTES SOCIAIS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: estudo de caso do vetor de expansão da Estrada de Madureira – Nova Iguaçu – RJ.** Geosaberes, Fortaleza, v. 6, ed. especial, p.643-652,

fev. 2016. Disponível em: <http://www.geosaberes.ufc.br/>. Acesso em: 31 dez. 2019.

SILVEIRA, Maria Laura. **TERRITÓRIO USADO: dinâmicas de especialização, dinâmicas de diversidade**. Ciência Geográfica, AGB, v. 15, n. 1, p. 4-12, jan-dez. 2011. Disponível em: www.agbbauru.org.br. Acesso em: 1 jan. 2020.

SILVA, Georgia Patrícia da. **De volta à Praia Grande: o “velho” centro com o “novo” discurso/** Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Maranhão, Programa em Políticas Públicas – 2010. 200 f.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O BAIRRO CONTEMPORANEO: ensaio de abordagem política. In: **Revista brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 2, p. 139 a 172, abr/jun. 1989.

APÊNDICE

Transcrição da entrevista com dona de Dijesus, vice-presidente da União de Moradores do bairro da Praia Grande, Desterro e Portinho (27/11/2019)

Dijesus: eles têm que ter olhar por essas pessoas que estão aqui, que vivem aqui, que levam esse título na cabeça na verdade. então, mas a gente tem que ter outros olhares. pra eu fazer... pensar em habitação eu tenho que pensar em educação, tenho que pensar na saúde, pensar na geração de renda e nessa troca também de figuras saindo de um baixo pra um que a gente chama de “um pouquinho mais” que não é alto... então, nesse período a gente veio sempre brigando por essa questão de habitação adequada no centro, olhar pra pessoas que estão aqui, que teve pessoas que nasceram aqui, né?!.. claro que a gente briga, em outro momento, por famílias que chegaram antes, mas isso não é a briga da gente. A briga da gente são famílias que estão aqui há anos e anos, que nasceram... Tem gente que nasceu nessa comunidade e tem que ser contemplado sim, com uma habitação sim! entendeu? tem que ter esse olhar? tem que ter esse olhar. Se o governo não olha sozinho, a gente precisa, não é cobrar, é negociar, articular. Porque eu não posso cobrar sem fazer a minha parte, então estamos fazendo a nossa, né?! por mais que isso fique muito invisível, porque as pessoas quando tu vai lá, articula, briga, dizer: olha essa comunidade ela precisa ter um olhar diferenciado, não especial, mas diferenciado, por que? porque nós somos... o Centro Histórico é uma porta aberta pra um monte de coisa. Porque quando a gente ganhou o “patrimônio”, o título, a gente ganhou muitas outras coisas, a gente ganhou título, mas a gente ganhou também muitas coisas que não eram, que não são boas pra nós,

né?! A gente ganhou, é... uma enxurrada de gente que quis se apropriar das coisas, a gente ganhou um outro comércio diferenciado que não era nosso, a gente viu muita gente ir embora porque os casarões começaram a desabar e as pessoas tiveram que mudar... então, assim eu me queixo muito de quando houve essa mudança de... pra Centro Histórico Patrimônio da Humanidade, ninguém pensou no patrimônio humano vivo que tava aqui, não foi pensado. Tanto que, assim, ninguém, nenhuma família, eu tenho certeza, que nenhuma família foi convidada a pelo menos discutir o que achava que tinha que... pelo menos pra aplaudir, dizer “olha já tá feito, já tá feito, mas as pessoas que moram aqui, elas têm prioridade.” E não foi feito isso, nunca consultaram isso e, por tão menos, a gente viu lá a ocupação dali de cultura, né?...

Josoaldo: Da fábrica ali, né?!

Dijesus: Da fábrica, que a priori era um projeto da economia solidária, que a gente nem sabia, né?! aí eles culpam: “não, mas tinha gente que sabia.” mas essa gente que sabia não era nem 0,5% de uma comunidade e que se tem.. se eu vou fazer uma ação na minha comunidade eu tenho o dever de passar pra minha comunidade o que eu Jesus vou fazer. Pelo menos pra ver se metade aprova, porque não ia deixar de acontecer. mas pelo menos a gente tem direito de discutir. Então, eu acho que muita coisa aconteceu aqui, muita coisa que ele diz: “muita coisa boa”, mas que não foi boa [...] então é isso que eu penso.

Josoaldo: Desde essa época do... que teve o “patrimônio” o governo nunca chamou a comunidade pra conversar, pra...?

Dijesus: Não, hoje se conversa.

Josoaldo: É, né?!

Dijesus: Hoje se conversa, hoje se fala claramente o que a gente quer. É porque, assim, eu não tô taxando nenhum governo, mas ao mesmo tempo tô sim. Porque eu acho que a gente não faz... a gente só constrói, é... coisas boas, discutido o que tá errado, né?! então eu acho que o governo não fez caso, realmente. O governo fez o que tinha que ser feito, que com certeza esse governo teve muitas... ganhou muito com isso, mas a comunidade em si ela não ganhou, tanto que assim, se você for ter um olhar do antes e sair procurando: “você foi beneficiado de quê?” nada! A gente ainda sofreu essa evasão de pessoas que tiveram que sair... então a gente não ganhou. Não ganhou nada. É... então isso que me frustrada é que acho que assim, beleza... e outra coisa, depois de pronto vem o tão famoso descaso. Porque descaso com a manutenção, né?! da manutenção com o próprio Centro, os casarões começaram a cair, né?! e aí a gente começou a invasão de pessoas que vinham de outros bairros e se apropriaram, é... e a gente começou a ter um tanto muito grande de pessoas

que viviam em situação de rua, que também migraram pra cá, que continuam emigrando, porque aqui a gente tem suporte porque aqui a gente tem um casarão que não tem porta, ele pode entrar pra dormir, tu tem um casarão que ainda tem um telhado que não te molha, né?! então a gente tem essas riquezas que são riquezas negativas, mas que a gente tem. Agora, morador que ajudou a fazer a história, né?! que a gente tem muita gente aqui que ajudou a fazer a história. Fazer digo, assim, que estava aqui, que continua, que vive aqui e não foram beneficiadas com nada. E, hoje é a nossa grande briga, porque a gente tá vendo é... que assim: “olha tamo mudando a cara do centro Histórico” beleza! mas vamos mudar também vários hábitos, começando pela renda, começando pela educação patrimonial. eu quero aquilo que é meu por direito, mas eu preciso cuidar daquilo que é meu, entendeu?! então, assim, é... essas coisas falta e falta o entender da pessoa. Porque assim, é fácil eu morar no Centro, eu mesma morando em um casarão que ele é alheio, onde eu não tenho uma entidade de uma conta de luz no meu nome, de uma conta de água no meu nome, então eu não tenho identidade de moradia, eu só tenho o endereço, mas eu não tenho a propriedade de dizer pra você assim “ah, mas cadê a tua conta de luz”, “cadê tua conta de águas” eu não tenho. Então essa coisa aí ele chega a frustrar as pessoas, porque assim, se eu precisar ter uma educação mais lá em cima, eu precisar dá todos os meus detalhes? eu não tenho. Eu só tenho “Rua da Estrela, 535”. E, então assim, isso pra gente não basta. Eu acho que o que basta é ter isso, mas você quer aquilo...

Josoaldo: Vocês querem começar a regularização, né?! do Estado?

Dijesus: Isso, ele precisa entender que as pessoas pra se educar pra ter saúde, pra tudo eles precisam ter uma identidade. Uma identidade de habitação. Então é isso que a gente briga. As ocupações, a ocupação Maria Aragão, ela se deu por conta de uma audiência pública, que era uma coisa que a gente já vinha brigando há muito tempo, eu lutei por uma audiência, eu digo “eu” porque fui eu mesmo, porque tem coisa que eu digo que “foi nós” mas a gente tem hora que a gente precisa dizer que “foi eu”. Eu vinha ao longo de seis meses pleiteando uma audiência pública pra falar de moradia, nessa... nesse rolezinho bacana passaram dois dias que teve um seminário de habitação no Centro Histórico que foi uma coisa muito massa, que trouxe muitos palestrante de fora, do Rio, do... Então isso culminou pra fortalecer essa audiência pública, né?! que foi o... não é habitação, é um nome do projeto que me fugiu da cabeça agora... então, assim fortaleceu a audiência pública. No dia da audiência eles tinham entrado no casarão, eles tavam olhando e tal e eu falei pra menina: “Paloma, nós vamos ter uma audiência, onde a gente vai ter secretários, se não tiver secretário, tem vereador. vamos lá nessa audiência pública porque lá a gente

vai falar das ocupações. Só que antes a gente já tinha mexido com aqui com a do canto da estrela, já tinha limpado, já tinha tudo. e, num primeiro momento, todo mundo recuou, porque a gente já tava com uma medida de sair do prédio que eu moro, a gente teve três vezes o juiz veio deixou é... que a gente tinha que desocupar em dois dias, em 24 horas e perêê, isso foi uma loucura na vida da gente, a gente: “não, vamos fazer um segundo momento em um casarão largado lá” então foi esse lá. Só que a gente recuou, porque suspenderam a nossa medida e a gente: “então a gente não vai” e a gente não foi, mas foi um outro grupo de pessoas que foram pra lá, esse da Estrela, mas nesse quando surgiu Maria Aragão [inaudível] aí nessa audiência ela falou diretamente com uma secretárias, acho que era Alexandra, é da SECID, e falou da necessidade, e falou da questão da moradia e a secretária falou assim: “Pode ir que a gente segura o pepino” bom, então foi a palavra da secretária em uma audiência pública cheio de gente e que, depois... eu digo muito pra eles assim: “gente, quando um juiz, quando um delegado disser uma palavra assina, manda ele assinar lá”, porque no dia que ele disser que “não” tá aqui, essa assinatura foi sua. Só que ela foi muito gente boa, ela saiu da SECID, e a articulação continuou. Beleza, tem muitas confusões, agora tem muitas confusões, porque a gente se afastou um pouco. Eu sou vice-presidente da União de Moradores, muito antes a gente já vinha porque tinha coisa que precisava tá brigando mesmo e eu não espero ser de entidade nenhuma pra mim brigar, eu... **Josoaldo:** A senhora fala “a gente” assim é a Associação? é União de Moradores?

Dijesus: A União de moradores

Isilainy: Mas a União de moradores é do centro Histórico?

Dijesus: Só é... Praia Grande, Portinho e Desterro.

Josoaldo: E essa... a senhora já participou de outras associações?

Dijesus: Muitas

Josoaldo: Quais são, quais foram essas que a senhora já participou?

Dijesus: ah, deixa eu te falar, meu primeiro momento de movimento eu fui pro grupão que era União e Consciência Negra. foi meu primeiro momento de envolvimento.

Josoaldo: que época, que ano foi esse?

Dijesus: Ixi, deve ter mais... não vou nem falar o ano pra não dizer que tá tão velho isso... mas tem uns trinta anos, aí depois eu fui pro movimento da igreja.

Josoaldo: foi antes ou depois, esse primeiro, foi antes ou depois de ser patrimônio?

Dijesus: Antes... antes de tudo. aí depois eu fui pro movimento de igreja, é imagina... e sempre puta, viu colega?!

Josoaldo: Esse da igreja qual era? era uma pastoral?

Dijesus: Era o Ninho. Onde essa entidade ela apoiava filhos, mães de prostitutas da área do Centro Histórico, entendeu? que aliás...

Dijesus: então assim o NINHO era uma entidade, a gente tinha uma casa aqui, ainda hoje tem essa casa, onde as freiras cuidam dos filhos das prostitutas, as mães, tinham um filho, o filho não tinha com quem ficar aí eles ficavam pela manhã no “ninho”, se estudava a tarde ficava a tarde, então foi uma coisa que eu participei duramente só que eu sempre fui um pouquinho questionadora, eu sinto que eu sou abusada nisso aí, porque as vezes as coisas eu acho que, se tem uma coisa que me dói muito é quando a gente vitimiza as pessoas, odeio vitimizar! O que eu quero dizer, eu acho que a pessoa que está lá, segura sua onda, isso enquanto grande, enquanto adulto que criança é..é...não se pode... é intocável, outra situação e criança é criança, menor de idade é menor de idade, que a gente tem que ser melindroso mesmo, tem que ser cuidadoso, cuidar dele ao pé da letra, agora, depois de maior se tu já responde pelos teus atos eu não suporto quando a gente vitimiza, eu acho que vocês tão aqui, vocês são jovens, vocês tem que ter na cabeça uma coisa a gente só consegue as coisas brigando, indo lá conhecendo as histórias, a história de cada um que cada pessoa daqui tem uma história diferente, uma história do porquê que veio pra cá, porque que ainda tá aqui, porque que não tem uma casa, porque que é desempregado, né, porque assim, é respeitar a história do companheiro que tá do teu lado, porque só assim vocês crescem e a história cresce também. porque tem muita gente que vem pra cá diz que usa as coisas, se dá bem e depois sai porque a gente já teve muito isso aqui no centro histórico, pessoas que desenvolveram projetos né aqui, porque se tu for olhar, isso aqui é maravilhoso pra ter um estudo, começando pela história, a história disso daqui, a história de que antes aqui foi baixo meretrício, que agora não se pode mais chamar baixo, como funcionava isso aqui, esse pulo que ele deu de baixo meretrício pra centro histórico pra patrimônio da humanidade, essa mudança, né, essa mudança que teve né, que foi aquela que eu tô dizendo pra vocês que não discuti, que não conversou, que não olhou, que não respeitou quem já morava aqui, então, isso que a gente não quer deixar que aconteça. tem dois prédios de habitação, tínhamos três...um que a gente já tinha habitado, que tem cinco anos, e nós temos dois que é esse aqui

Josoaldo: esse do canto que tá com a placa do Governo

Dijesus: isso! e um lá... e o que acontece, esse aqui tem 8 apartamentos, o de lá tem 18, e aí eu tô dizendo pra eles assim, a gente vai acompanhar até a hora em que vocês forem mijar, porque por menos aconteceu no outro da Travessa Humberto de Campos de 18

apartamentos, que acabou que pessoas que estavam aqui que habitavam, que tem família ficaram do lado de fora e pessoas que não tinham necessidade foram beneficiados. Dessa vez eu já disse pra eles, podem me achar chata, antipática, tô brigando também pra mim? não tô! Mas eu tô brigando por muitas tantas famílias, vinte e tantas famílias que tão nessa expectativa, desde 2000.... a gente fez o cadastro daqui em 2009, depois a gente fez em 2013

Isilainy: Esse cadastro é junto ao governo do estado?

Dijesus: Não, é junto da Prefeitura, porque isso aqui ainda é do PAC

Josoaldo: PAC das Cidades históricas né?

Dijesus: é, Pac das cidades históricas, e eles, que na verdade eles não discute moradia, falar de moradia pra eles, pro Governo Federal, estadual e municipal também, no centro histórico, é uma facada no coração

Josoaldo: Eles querem mais uma coisa pro turismo né, restaurante e tal

Dijesus: então, o que teve agora? O Adote um casarão, aí se tu fores lá, no Adote um Casarão, tu vai entender que não tem nenhum adote um casarão pra habitação, porque habitação no centro histórico não traz retorno pra ninguém, tu só vai falar de social e falar de social é só falar boca a boca, mas ação, aquilo que é o que o social faz, a gente não tem. Então assim, não é bom pro governo porque não traz pra eles nada de retorno, porque eu vou pegar 15 famílias que não tem emprego que eu ainda vou ser obrigado a sustentar algumas coisas tipo água, tipo luz... até um tempo, até eles se adequarem lá, pra eu poder garantir um social, então isso não é bom pra nenhum governo, que dizer, seria bom se os governos tivesse algum pensamento que né, se eles pensassem que o pobre, que eles colocam em uma casa num apartamento, vai votar pra ele em uma próxima eleição.

Josoaldo: e a senhora falava ainda agora das entidades que a senhora participou, a primeira foi a...

Dijesus: a primeira foi União e Consciência Negra, Grupo de consciência negra, esse aí foi.

Josoaldo: esse foi antes de ter o centro histórico?

Dijesus: muito antes, que eu me lembro, o presidente era Gilson, mas a gente até as desentendeu, mas foi um cara que eu não posso deixar de falar, depois teve o da igreja

Josoaldo: era uma pastoral?

Dijesus: um Ninho! O Ninho, depois eu fui fazer parte de uma entidade da França, em 1998, no início da AIDS, aí a gente... eu fiz parte de uma entidade chamada Interact, que era uma entidade da França que a gente fazia muito trabalho em todas as áreas de bares, de prostituição enfim, aqui era uma área e que a gente já trabalhava em todos os bares,

então eu coordenei, na verdade eu não coordenei, eu entrei, fui multiplicadora, fiz curso de educação e prevenção de AIDS, fui multiplicadora por quatro anos, depois eu coordenei por dois, o presidente da ONG teve que voltar pra lá mas a gente tinha que terminar, que concluir a pesquisa que era pesquisar aqui no Maranhão, no Brasil, na verdade foi o Brasil. Aqui no Maranhão era eu, outras pessoas, aí eu fiquei tipo, mais dois anos. Aí terminou a gente achou que podia organizar a prostituição né, pra continuar fazendo o trabalho especificamente em cima da questão da AIDS que era um negócio que era muito... a gente perdia muita gente era uma doença que tava matando e que até hoje mata muita gente e que a gente não tinha essa resposta dos Governos que não tavam nem aí e precisava né, precisava ter essa...o Governo precisava atuar mais nessa problemática toda e a gente ia perder também o nosso trabalho que a gente já vinha, que já tava muito avançado nos bares e em várias áreas de São Luís, a gente resolveu organizar. Daí eu fui fazer parte dessa organização, mas ao mesmo tempo a gente conseguiu organizar é... pra trabalhar em NEAT,GEAT, DISK AIDS, foi a gente que criou, que fundou aqui no Maranhão e essas entidades todas foram pra trabalhar com a temática da AIDS, aí a gente fundou um grupo gay que não foi muito longe, que a gente tinha mais de 5 pessoas que eram voluntários mas tudo isso em cima da questão da violência por conta da AIDS. E aí isso foi subindo, foi melhorando, né, e eu sempre fazendo parte de algumas coisas. Aí depois criamos o grupo gay que até hoje tem que é o GAYVOTA que teve uma participação nossa muito forte...

Josoaldo: Agente tava curioso aqui, conversando aqui, pra perguntar pra senhora, assim, qual o perfil das pessoas que moram, que estão nas ocupações? assim, elas trabalham aqui no centro? são pessoas mais idosas? tem gente trabalhando?

Dijesus: não, as pessoas que estão nas ocupações são jovens, existe um... pessoas que vivem de “bico”, que na verdade faz esse trabalho sem ligação com carteira assinada, faz só o “bico”, mas eu já te digo de passagem, são jovens. As ocupações são jovens, têm muito pouco, acho que não tem nem 1% de idoso.

Josoaldo: E nas habitações?

Dijesus: Aqui na... isso eu tô falando de ocupação. aqui na Estrela a maior idade é 50 anos.

Josoaldo: O canto da Estrela é essa outra rua aqui, ne?!

Dijesus: É. A maior idade é 50 anos. Na Maria Aragão, tinha uma senhora que era de idade, que ela até morreu, é... tem uma pessoa que tem uma deficiência, que é um jovem, aí o resto é só jovem.

Hemilly: Mas eles não trabalham aqui na área do centro?

Dijesus: Assim, algumas pessoas trabalham, algumas pessoas não têm trabalho e até por isso que a gente prioriza muito que fiquem nessa ocupação, porque tem pessoas que não trabalham realmente, que vivem, é..., mas também, porque tem todo um cuidado. Ocupação pra mim, eu discuto muito isso, porque eu tinha, eu tenho um cuidado que nas ocupações a gente precisa ter o perfil, realmente. porque quando você fala de ocupação é porque você realmente tá precisando, você não tem um local pra dormir, pra banhar, pra... então você precisa, e a gente sempre tem isso pra que nas ocupações não tenha venda de droga, não tenha confusões, não tenha a polícia visitando todos os dias. Não que essas pessoas não... que não tenha que ter, porque eu fico puta da vida quando a gente diz assim “nosso bairro tem que ser exemplar”. Não, nosso bairro tem que ter fofoca, tem que ter polícia, tem que ter droga porque essa é, claro, a vida de hoje, né?! Ai da gente, se a gente tivesse um bairro que não tivesse um fuxico, um bar pra gente beber, uma discussão, seria, né?! acho que tudo isso faz parte do dia a dia da gente. Agora, as habitações, a gente tá naquele perfil que eu te falei, a gente tá na briga, porque a gente quer lá dentro pessoas idosas, pessoas com famílias que realmente está na necessidade, porque, olha o que eu brigo muito: “ah, porque eu tô morando aqui há dez anos, tenho não sei quantos filhos...” tu fez filho porque tu quis esse monte, entendeu?! tem pessoas que moram aqui há 30, há 40, há 50 anos que só tem um filho, dois, mas tá aqui há 50 anos. Essa pessoa que segurou pra te chegar e tá aqui há 10 anos, então eu acho que a prioridade é de quem tava aqui a 50 anos que segurou pra te que tá com 20, tá aqui. Então, pra mim é isso. então nossa grande briga é essa e hoje, porque hoje, a gente tá no pé dessa briga realmente. A gente tá acompanhando fundação, tá acompanhando empresa. A gente ainda não visitou essa, mas a de lá a gente já visitou e a gente tá acompanhando porque eles contrataram uma empresa, é... de fora que é pra fazer esse trabalho, que é ir de casa em casa e parara... e disse, nós vamos fazer junto com vocês, porque quem conhece a história do nosso bairro somos nós, então não adianta vir um técnico de Brasília e de São Paulo que não mora aqui que não vive aqui. Então, por isso que lá na Humberto de Campos aconteceu que quem tinha gente que tinha apartamento ganhou mais um, tinha gente que tinha casa ganhou mais um, em compensação a gente conhece pessoas lá que ganharam o apartamento e até hoje tá fechado, e já vai fazer seis anos. Porra, é sacanagem. até de quem... porque aí a União foi, foi e aí nesse finalzinho de processo eles tiraram a gente e a gente tá brigando agora e a gente não sai. É assim, pra onde vocês for... vocês vão mijar nós vamos atrás, vocês vão fazer pesquisa nós vamos juntos. Todas as reuniões, nós tamo se reunindo todo mês, de quinze em quinze dias.

Josoaldo: E quem contratou foi a prefeitura?

Dijesus: Foi a UNESCO, foi edital.

Josoaldo: E essa área aqui ou a parte assim de saúde, de escola? as famílias usam quais, usam onde? posto de saúde?

Dijesus: Então a gente tem aqui, posto de saúde a gente não tem, mas a gente tem aqui uma “casa do bairro” que foi pleiteada pela União de Moradores, que a gente sempre brigou que a gente queria uma “casa de bairro” dentro do bairro. porque que a gente queria, que que a gente queria nessa “casa do bairro”? agregar turismo, agregar saúde, agregar educação, não era pra ter um posto de saúde, não era pra ter uma sala de aula, era pra ter um local onde fosse funcionar uma rede de... “tu chegou por aqui, teu problema é habitação, então vai em tal secretaria que a gente te manda lá”

Hemilly: Pra direcionar as pessoas?

Dijesus: Isso. a gente tinha aí até a questão da discussão LGBT, aí tinha prostituição, tinha LGBT+, um monte de coisa... era pra isso que a gente queria, por ser Centro Histórico a gente acho que precisava ter uma casa nesse nível e onde as pessoas da comunidade tivessem fazendo essa execução dentro da casa.

Josoaldo: E tá funcionando?!

Dijesus: Mas nem um milímetro do que a gente quis, entendeu?!

Josoaldo: Ela fica aonde?

Dijesus: A casa virou da SEMCAS, é um eixo da SEMCAS, né?! onde funciona do jeito que eles querem e, assim, gente tem confusão com a diretora que é uma pessoa ignorante, metida, e, assim, a gente não vai nem lá. Até assim, porque se a gente quisesse, como a gente foi o mentor da casa e tal, foi a gente que solicitou, foi a gente que brigou, foi agente que tava lá fazendo essa discussão, porque a casa no papel é Casa do Bairro, seria do bairro, mas foi pra uma outra direção e a gente entendeu que vamos deixar, até porque esse mandado de Edivaldo já vai passar mesmo.

Josoaldo: A União de moradores tem uma sede?

Dijesus: Nenhuma. E é outra confusão.

Josoaldo: E a da Associação das Prostitutas, tem?

Dijesus: A nossa? Não, a nossa a gente já teve casa, aí a gente já deixou de ter casa, hoje a gente tem uma rede, a gente funciona como rede, cada uma no seu eixo, a gente tem sete pessoas e essas sete pessoas coordenam essa rede. Essa rede é rede de... tipo assim, teve um seminário muito grande aqui, foi...

Hemilly: Foi no Convento das Mercês?

Dijesus: No Convento das Mercês. foi o terceiro seminário maior que já teve. Então, quem fez, quem atravessou foi a rede. Eu sou uma das coordenadoras da rede aqui no Maranhão. Sou só eu, na verdade, sou só eu. As meninas elas são... elas fazem parte da coordenação da rede, porque deixa eu dizer uma coisa pra você, essa questão “de agente” de “associação”, hoje, é uma coisa muito desgranhenta, tu acaba ficando sozinho. Como às vezes, olha, a união de moradores, tem vezes que eu me sinto... e aí, quando a gente foi pra essa eleição agora, era coisa que eu mais me preocupei “gente vamos botar jovens, é... jovem tá com fogo todo, quer ver a política funcionar, e tarará” quase quebrei minha cara, a gente tem mais de.. acho que a gente vai fazer quase um ano e a nossa secretária nunca sentou...

Isilainy: São quantas pessoas que conformam a União?

Dijesus: Doze. E eu todo dia tô lá: “gente olha...” aí vem a festa do Natal que é uma coisa que a gente sempre fez com União, ou sem União, a gente sempre fez. E aí eu tô chamando “gente vamo se reunir, faltam vinte e cinco dias, vinte dias, praticamente, precisa tá mandando ofício, a gente não pode... a coisa que eu mais odeio é quando você se limita a política partidária, isso me dá uma raiva. Nessas nossas ocupações eu quase briguei com uma pessoa. “ah mais...” criatura, tá pronto! isso n é resultado de política partidária não, isso é resultado de política de moradia, enfrentamento, isso é direito que nós temos. nenhum político vai dizer que isso é política dele, porque não é. Isso é direito construído, que pode até ser desconstruído, agora, né?! esse presidente muito doido que a gente não sabe o que que ele pensa, hoje ele pensa, amanhã ele não pensa, não sei se ele pensa e a gente tem muito medo dessa desconstrução, mas isso é direito garantido por lei. A gente precisa ter habitação, a gente precisa ter moradia, e quem tem que pleitear pra nós é o governo. quer dizer, se nós somos pobres, né?! a gente não temos culpa de ter nascido pobre, mas a gente faz parte da sociedade.

Josoaldo: O que a senhora achou deste programa novo aí do “Nosso Centro”? qual a sua opinião, assim?

Dijesus: Eu acho que o programa “Nosso Centro” ele precisou de... aquilo que eu digo pra vocês: é tudo aquilo que você apronta e joga. Isso é insuportável. Porque como eu falo pra vocês, nós somos uma comunidade, pode ter muita gente que não entende de política partidária? tem. De política de habitação? tem. Mas tem muita gente que queria discutir “o que que a gente quer pro nosso Centro?” a gente quer... uma vez falaram pra gente assim “ah, vocês”... quando tava falando de habitação “ah, vocês só falam de habitação, vocês não quem que tragam o povo pra cá.” Não é isso, porque gente sabe que um bairro

funciona com todas as “esquerdas”. “Esquerdas” que eu digo é o vendedor de droga, é o pescador, é o artista, é com todo mundo junto. Mas o que dá raiva é que tem que ser primeiro os atores que estão aqui. Então, assim “Nossos Centro” é um programa? é, mas e aí?

Hemilly: Não foi discutido com a comunidade?

Dijesus: Não foi discutido com a comunidade. Porque tudo isso caiu, como eu tô falando pra vocês...

Josoaldo: Tem uns casarões bem pra cá, que estão nesse projeto, né?!

Dijesus: Sim, “Nosso Centro”. E também acho que eles, tão junto com o “Adote um Casarão”.

Hemilly: Sim. porque o “Adote um Casarão” faz parte do “Nosso Centro”.

Dijesus: Isso. E não tem. assim, é isso que eu falei pra vocês, se tu fores ver, beleza. Mas falta alguma coisa, né?! Faltou a gente dá uma carta direcionada pro governador, porque a gente... o que eu fico brigando também é que “gente nós somos uma entidade”. Eu não, enquanto puta, eu vou lá na frente do governador, ele me conhece na cara dura, sabe que eu sou puta, ele sabe que eu tenho meu trabalho e eu não tô nem aí, nem pra ele nem pra ninguém, tu tá entendendo? porque eu defendo uma bandeira de uma luta que eu acho que tem que defender. Mas a gente enquanto entidade de base, de classe de fato... o governador já vai fazer um ano, gente, que tá lá pela segunda vez e a gente nunca se atento pra trazer esse cara pra discutir cara a cara “o que é habitação” “o que é que a gente quer”, tu entendeu? Isso é minha raiva, porque, aí quando tu faz alguma coisa vem o secretário, a gente trouxe um secretário da SECID que não sabia porra nenhuma, agora ele já tá se adequando.

Josoaldo: E a senhora acha que Associação, a União ela tem atuado, assim, na mobilização? vocês fazem algum tipo de protesto, ou tão participando mais de reuniões, das articulações mais institucionais?

Dijesus: Não, a gente já fez protestos, já foi mais brigão.

Josoaldo: Quais?

Dijesus: Por habitação. a gente já fez ‘SOS Centro Histórico’ no período do inverno, a gente já fez, é... “venha discutir o Desterro”, a gente já fez “Conversando com o Desterro” ... que a gente, a gente tem armas boas. Outro dia eu conversei “vamos fazer um seminário, a gente não gasta nada. Vamo fazer um seminário e trazer o povo pra discutir, pra dizer qual a nossa necessidade, o que que a gente tá precisando” e aí? eu sozinha...

Josoaldo: Mas a União tem força, assim, de mobilização, de juntar o pessoal? pra “vamo

juntar o pessoal, vamo fazer uma manifestação na frente do governo”?

Dijesus: Tem! tem. o problema é que é... outro dia eu tava conversando com o meu presidente e aí aconteceu uma coisa com uma pessoa, um morador, aí esse morador disse: “olha, eu queria ir lá na SECID e tal...” aí ele disse “ ah, eu vou te á o endereço, pererê...” eu disse: “ não , não é assim que funciona. agente é eleito pra cuidar das pessoas, porque quando eles votam pra te, eles tão achando que tu vai representar, vai me representar, minha comunidade. E, eu acho que assim, quem tem entrada e saída na SECID somos nós. A gente vai pra SECID e a gente não fica na porta, a gente vai direto pro gabinete e essa pessoa que tá com esse problema ele não tem essa... e que não custa eu enquanto vice... porque eu levo mesmo comigo não tem essa história, mas quem tem que tá fazendo isso é o presidente, entendeu? e ele acha que não, ele acha que só tem que dá o endereço e a pessoa tem que.. não, não é assim cuidar das pessoas não é assim. claro que você não vai levar a pessoa pra banhar, pra tomar banho, pra isso, não. Quando eu falo de cuidar, é cuidar de outra forma, é cuidar desse tipo de coisa. Mas, assim, é eu com essa coisa toda, mas as pessoas não tem quase esse mesmo pensamento, porque tem coisa que quase todo tempo por acaso... hoje eu não tô fazendo nada, hoje é um único dia que eu só tenho uma visita de tarde que é de uma pessoa que quer fazer uma casa, que tem ali um terreno e a gente descobriu por “a” mais “b” que a prefeitura pelo, não é pelo núcleo gestor não, é por uma outra instância da prefeitura, eles tem como ajude uma pessoa que quer fazer uma construção, que não tenha condição desde que seja no Centro Histórico. por acaso, minha casinha é aqui, eu quero fazer minha construção da minha casa eu vou aprovar por um programa da prefeitura que eu não tenho condição, eles têm recurso pra fazer. Isso foi descoberto. por isso que é a minha briga, eu digo “gente, vamos furar essas coisas pra procurar o que que tem pra nós. Quer dizer, eu não tenho casa pra construir, mas olha que beleza essa menina aí, a gente descobriu isso agora, né?! e tão atrás de arquiteto e todo dia eu tô dizendo: “já achou o arquiteto, já viu como a gente vai fazer?” e hoje o rapaz da fundação vem pra gente visitar lá, conversar com ela, orientar quais são os documentos, porque eu acho que isso que é cuidar mesmo, entendeu?

Então assim, tem coisa que a gente precisa tá pegando a mão e levando tem coisa que a gente precisa tá só conversado e a União de Moradores é uma entidade muito forte, nós estamos aí há trinta anos o que não é forte é a vontade das pessoas continuarem, né?! é aquilo assim: “o que que eu ganho?” porque isso é uma palavra muito desgranhenta: “perco meu tempo?” eu digo pra vocês, bem aqui, hoje eu não tô fazendo nada, mas quarta feira eu tinha com vocês, e tu me ligou... eu digo: “olha amanhã eu não vou”, mas eu tinha que

tá lá na blitz fazendo isso aqui, isso aqui é da minha comunidade, isso aqui é licença pra eles trabalharem lá na Maria Aragão, que dizer, aí as pessoas diz assim: “mas Jesus tu tem que fazer?” Claro. porque eu sou representante da comunidade. Eu tenho que ir lá, porque é uma entidade e uma pessoa sozinha não ia conseguir trinta licença pras pessoas irem trabalhar e pereê... não ia conseguir, então quem tem que ir é a gente. aí fica perguntando: “ah, eu pago isso com o meu dinheiro?” aí eu fiquei brava, porque hoje eu não vou, não tenho dinheiro, aí já disse pro menino: “vai lá porque tu tá de moto, vai lá”. Eu acho que é isso que falta, mas também as pessoas terem essa vontade de lutar, porque tem muita gente que vai pra entidade seja ela qual for, visado que ali ganha dinheiro, tem outras que já vão visando um passo pra política partidária pra ganhar voto, pra fazer puxado político, tem tudo, amiga. É, isso funciona. Pode ver... se vocês entenderem o tanto de gente que me dá uma ligada e comenta: “ah, Dijesus, eu tô pensando em ser vereador” entendeu? Já pensou eu não fosse... eu não sou nada, mas já se tivesse essas articulações, essas brigas? eu era uma mera puta velha, mas isso funciona. E não, eu aproveito até onde dá certo “vamo fazer isso, vamo fazer aquilo”. Tem um cara que a gente já confrontou, eu quase dei nele, depois me lembrei que não, que eu tava errado e hoje ele se diz “político da comunidade”.

Josoaldo: tem alguma pessoa que já foi eleita vereadora daqui da comunidade?

Dijesus: não

Josoaldo: Mas a comunidade fecha, assim, com algum candidato pra apoiar?

Dijesus: fecha.

ANEXOS



Figura 5 – Frente de um casarão em obras para se destinado a Habitação Social – Rua da Palma
Fonte: Josoaldo Lima Rego, 2019



Figura 6 – Frente e Lateral de um casarão em obras para se destinado a Habitação Social – Rua da Palma
Fonte: Josoaldo Lima Rego, 2019



Figura 7 - Entrevista com Dona Dijésus
Fonte: Josoaldo Lima Rego, 2019



Figura 8 - Registro da finalização da
entrevista Fonte: Josoaldo Lima Rego,
2019